

Universidade Federal de Santa Catarina

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

A VIOLÊNCIA COMO CAUSA

DA

INSTABILIDADE DO ESTADO

Dissertação submetida à Universidade Federal
de Santa Catarina para obtenção do grau de Mestre em Ciên-
cias Humanas - Especialidade Direito.

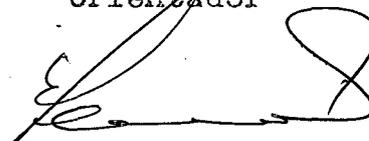
Emiliana Maria Simas Cardoso da Silva

1979

Esta Dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas - Especialidade Direito e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação.

Prof. Osni de Medeiros Regis

Orientador



Prof. Paulo Henrique Blasi

Coordenador do Curso

Apresentada perante a banca examinadora composta dos professores:

Prof. Osni de Medeiros Regis

Prof. Alcides Abreu

Prof. Silvio Coelho dos Santos

AGRADECIMENTOS

Todo trabalho intelectual não é uma obra isolada, mesmo quando o autor é uma única pessoa. Na oportunidade do agradecimento devem ser lembradas as pessoas que tornaram possível a sua realização.

Meu primeiro agradecimento é dirigido ao professor Osni de Medeiros Regis, orientador desta dissertação, que além de conselhos auxiliou-me com a bibliografia franqueando-me, inclusive, sua biblioteca.

Agradeço, também, ao professor Paulo Henrique Blasi, coordenador do Curso de Pós-Graduação em Direito, pelo apoio recebido, bem como a todos os demais professores do curso.

Por fim, incluo minha família entre os que me auxiliaram: meu marido, que como colega assistiu as aulas ao meu lado e discutiu os temas propostos e, ainda, datilografou a dissertação; meus filhos, que participaram de todas as etapas do meu curso e me animaram a terminá-lo.

SUMÁRIO

Sumário	iv
Resumo	vi
1 - Introdução	1
2 - A problemática	11
2.1 - O tema	13
2.2 - A metodologia	17
2.3 - As indagações	19
3 - A agressividade	21
3.1 - Conceito	23
3.2 - Tipologia	25
3.3 - Histórico	26
3.4 - Teorias	28
3.4.1 - Teorias instintivistas	28
3.4.2 - Teoria comportamentalista	31
3.5 - Outro enfoque	33
4 - Estabilidade e instabilidade do Estado	35
4.1 - O conceito	37
4.2 - As teorias	40
4.2.1 - Teorias funcionalistas	40
4.2.2 - Teorias dos sistemas gerais	43
4.2.3 - Teorias do conflito	48
4.3 - Os fatores	53
4.3.1 - Fatores políticos	53
4.3.2 - Fatores sociais	55

4.3.3 - Fatores econômicos	60
4.3.4 - Fatores psicológicos	61
5 - A problemática agressão-frustração	64
5.1 - Embora havendo frustração sistêmica haverá estabilidade política... ..	67
5.1.1 - Haverá estabilidade política quando não existir consciência política em estratos significativos da popula- ção, capazes de reação organizada ..	68
5.1.2 - Haverá estabilidade política quando os atos agressivos forem dirigidos para grupos minoritários ou outras nações	81
5.1.3 - Haverá estabilidade política quando a sociedade for participante e nela existirem soluções positivas elimina- doras das frustrações ou a possibili- dade destas soluções existirem	103
6 - Conclusões	119
Bibliografia	125

RESUMO

Este trabalho discute a instabilidade política como comportamento agressivo e politicamente significativo. Concluiu-se que a frustração socialmente sentida e não aliviada leva ao comportamento agressivo e à instabilidade política.

Correlacionando-se o aumento da agressividade com o da instabilidade política, levantou-se hipóteses sobre estabilidade. Embora havendo frustração sistêmica haverá estabilidade política quando:

a) não houver consciência política em estratos significativos da população capazes de reação organizada;

b) os atos agressivos forem dirigidos para grupos minoritários ou outras nações;

c) a sociedade for participante e nela existirem soluções positivas eliminadoras da frustração ou a possibilidade destas soluções existirem.

Após revisão bibliográfica da agressão e das teorias sobre estabilidade-instabilidade políticas aplicou-se as hipóteses a três momentos da vida brasileira: Brasil Colônia, 1º Governo de Vargas e Governo Kubitschek.

Concluiu-se que a agressividade é um fenômeno normal na vida dos grupos sociais e pode funcionar como um indicador de instabilidade capaz de fornecer prognósticos e diagnósticos da situação política.

ABSTRACT

In this work, the author discusses the importance of the political instability in relation to the aggressive and politically significant behavior. It was argued that the feeling of non-released social frustration leads to aggressive behavior and political instability.

The author proposes hypothesis about political stability, correlating the increasing of aggressiveness with the political instability. There will be political instability, despite of the existence of a frustration, when:

a) the political conscienciousness among significant layers of the population able to an organized reaction is not present;

b) the aggressive acts are driven against minority groups or other nations;

c) the society is participant and in it are positive solutions able to eliminating frustration or when it's possible the existence of such solutions.

After a bibliographical review of the theories about aggressiveness and political stability and instability, the author applied the proposed hypothesis to

three periods of the Brazilian history: Colonial Brazil, Getulio Vargas first government and Juscelino Kubitschek government.

The author concluded that the aggressiveness is a normal phenomenon of the social groups' life and can perform as an indicator of instability able to supply diagnostics and prognostics of the political situation.

1. INTRODUÇÃO

" Mesmo o mais sádico e destrutivo dos homens é humano, tão humano quanto o santo. Pode ser chamado de homem desvirtuado e doente, que falhou em elaborar uma resposta melhor para o desafio de haver nascido homem, e esta rotulação é verdadeira; mas pode também ser chamado de um homem que tomou o caminho errado na busca de sua salvação. "

ERICH FROMM

1. INTRODUÇÃO

A violência tem sido, nos últimos anos, a companheira constante do homem moderno. Num crescendo patológico ela se organiza, se internacionaliza e explode incontrollavel nos noticiários de televisão e nas manchetes dos jornais, mostrando cada vez mais a dificuldade e até mesmo a impotência da sociedade para mantê-la dentro dos limites da segurança.

Segundo Erich Fromm (1975, p. 21) "a ampliação da violência e da destrutividade em escala nacional e mundial tem chamado a atenção dos profissionais e do público para a elucidação teórica quanto à natureza e cau-

sas da agressão."

Ashley Montagu (1978, p. 12) é da opinião que:

" Ninguém pode discutir a necessidade de compreender a agressividade nos seres humanos. Entre todos os problemas da humanidade no século XX, este é certamente um dos mais urgentes. E nos pressiona mais por sabermos que, a menos que aprendamos a compreender e controlar nossa agressividade, podemos não sobreviver o tempo suficiente para resolver os problemas restantes. "

Lamentavelmente, no Brasil pouco tem sido escrito a respeito da violência sob seus vários aspectos, e menos ainda tem se estudado as causas que a originam. Num protesto veemente afirma Virgílio Luiz Donnici, em seu artigo Criminalidade e Estado de Direito, publicado na Revista Civilização Brasileira, nº 5, página 229, de novembro de 1978:

" É enorme a bibliografia sobre ciência política no estrangeiro, onde a violência política é estudada nos contextos

sociológicos, psicanalíticos e psiquiátricos, deixando os estudiosos brasileiros perplexos pela total desinformação completa neste campo ou pela falta de coragem em discutir tais problemas. "

É necessário, portanto, que se faça a pesquisa e o debate sobre os aspectos agressivos do comportamento político do brasileiro para que se possa compreender, por inteiro e em profundidade, as razões da nossa violência pois ela, também, faz parte intrínseca da nossa estrutura psico-social e, conseqüentemente, em última análise, ela é uma das faces do Poder. Aceitá-la, assumí-la e explicá-la é o início de um tratamento científico e jurídico das nossas dificuldades sociais e políticas.

Mas, ainda, segundo Virgílio Luiz Donnici, no artigo já citado:

" A violência não pode ser discutida em termos simplórios, destituídos de bagagem científica ou cultural, mas em termos de desigualdades sociais, de pobreza, de desemprego, sabido que a classe pobre é quem comete a maioria dos atos violentos da criminalidade tradicional, pobres esses de cor preta ou par-

da, o que é comprovado pelas estatísticas penitenciárias, com a conclusão de que o crime é um fato sócio-político. Violência na criminalidade, é associada à pobreza, e usada como solução para o conflito social. "

(Donnici, 1978, p. 234)

Quando a agressividade especificamente é manifestada dentro de um sistema político, dirigida por indivíduos ou grupos ligados a ele, temos a instabilidade política. Ambas, portanto, se confundem e se identificam a tal ponto que se pode avaliar o aumento da instabilidade política examinando o crescimento do índice de agressividade.

O estudo da instabilidade dentro de um sistema social interessa à Ciência Política.

Vários países e várias organizações internacionais consideram a violência como um dos maiores problemas da nossa sociedade, por isso estão financiando pesquisas que a examinam quer sob o aspecto particular, quer sob o aspecto geral.

A Colômbia, a França e os Estados Unidos criaram comissões para estudar a violência de maneira genérica.

Em 1959, o então presidente da Colômbia, Alberto Lleras-Camargo instituiu uma comissão para analisar os tumultuados anos de 1946 a 1956 em seu país. Dela fazia parte um sacerdote, Germán Guzmán Campos; um sociólogo, Orlando Fals Borda, decano da Faculdade de Sociologia da Universidade Nacional; e, Eduardo Umaña Luna, jurista, especialista em jurisprudência social. O relatório final da pesquisa, que tomou o nome de A violência na Colômbia: Estudo de um processo social, provocou uma grande discussão, principalmente porque acusava o partido conservador e as forças anti-reformistas de terem sido os primeiros a usarem a violência como instrumento de repressão.

O governo francês criou uma comissão oficial, nomeada em 1976, por Giscard d'Estaing e presidida por Alain Peyrefitte, para estudar a violência, a criminalidade e a delinquência e composta por dez membros recrutados da magistratura, direito, psiquiatria, sociologia, urbanismo e arquitetura. Foram examinados por sub-comissões os seguintes temas: a) Aspectos psicológicos e biológicos da violência; b) Urbanização, habitação e mudança de cultura; c) Violência e economia; d) Proteção da juventude; e) Aspectos penais e penitenciários. O relatório final intitulado, Respostas à Violência, foi completado em 1977. Como conclusão, a comissão afirmou que o medo e a agitação anti-social são fenômenos cíclicos.

O governo norte-americano tem realiza-

do muitas pesquisas sobre a violência. Em 1967, Lyndon Johnson criou uma comissão que analisou as causas da agressividade e as possíveis medidas para combatê-las. Durante o ano de 1969, a Comissão Nacional de Causas e Prevenção da Violência apresentava ao povo americano uma série de relatórios nos quais discutia as raízes da violência sob os pontos de vista histórico, político, econômico e social.

Em 1972, a Unesco fez uma pesquisa sobre a violência e, em 1975, promoveu uma reunião interdisciplinar de especialistas sobre as causas da agressividade.

Os aspectos particulares da violência também foram objeto de estudo e análise de várias comissões nacionais e de organizações internacionais. O Conselho da Europa publicou, em 1973, um importante relatório denominado A violência na sociedade.

A Unesco, por sua vez, realizou um colóquio sobre o Impacto da violência nos meios de informação.

Todos estes trabalhos, pesquisas, inquéritos e colóquios mostram a preocupação pelo estudo da agressividade.

No Brasil, pouco se tem pesquisado sobre a violência. Existe, ao contrário, uma conspiração do silêncio sobre os aspectos agressivos da nossa natureza. Pa

rece-nos que admitir tais fatos significaria aceitar algo negativo sobre a nossa estrutura psicológica. O erro resulta de uma interpretação metodologicamente incorreta, pois, se estaria usando critérios axiológicos quando, os instrumentos de análise, deveriam ser científicos.

A agressividade em si é normal como um mecanismo de equilibração que ela é. Só se torna nociva quando não pode ser controlada, ou pelo indivíduo ou pelo grupo, e os seus efeitos fogem do mecanismo de regulação e se apresentam socialmente indesejados. É a violência que explode.

O Ministro da Justiça Petrônio Portela, no dia 20 de agosto de 1979, empossou duas comissões especiais para o estudo da criminalidade e da violência, que funcionarão no âmbito do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. As comissões, compostas de juristas e cientistas sociais, terão um prazo de 150 dias para oferecerem subsídios a um programa nacional de prevenção e repressão do crime, a partir da reformulação da instituição policial. A comissão de juristas será coordenada pelo professor José Benedito Viana de Moraes e se comporá dos seguintes membros: Armando Canger Rodrigues, Carlos Araújo Lima, Damásio Evangelista de Jesus, Edgar Albuquerque Maranhão, Francisco Serrano Neves, João de Deus Mena Barreto, Paulo José da Costa, René Coriel Dotti, Roisle Alaor Metzker Coutinho e Walter Dias. A segunda comissão, coordenada pelo professor José Ar-

thur Rios, será composta pelos seguintes membros: Aroldo Rodrigues, Celso Telles, Fernando Bastos D'Ávila, Frederico Pernambuco de Mello, Gentil Martins Dias, Harry Cole, João Paulo de Almeida Magalhães, José Pastore, Luís Afonso Parga Nina, Mário Altenfelder, Miguel Chalub, Renê Ribeiro, Thales de Azevedo e Vicente Fernandes Cascione.

Espera-se que sejam feitos estudos em profundidade sobre o tema para que a violência deixe de ser apenas e tão somente "um caso de polícia", aceitando-se a possibilidade de um tratamento científico do problema.

A presente dissertação também pretende contribuir para o debate do tema.

2. A PROBLEMÁTICA

" O senhor começa com a relação entre Direito e Poder. Não há dúvida de que esse é o ponto de partida correto para nossa investigação. No entanto, poderei substituir a palavra "poder" pela palavra mais árida e mais dura "violência"?

Hoje, o direito e a violência nos aparecem como antíteses. No entanto, é fácil mostrar que uma se desenvolveu da outra; se voltamos para o princípio e vemos como isso apareceu inicialmente, o problema pode ser facilmente resolvido. "

SIGMUND FREUD - carta a Albert Einstein sobre a guerra.

2. A PROBLEMÁTICA

2.1 - O tema

É pacífico que existe uma preocupação dos governos e das organizações internacionais a respeito da violência. Os estudos, pesquisas e inquéritos já citados, mostram que o homem moderno, sobrevivente, neste século, de dois grandes conflitos armados, de proporções mundiais, aprendeu que, a menos que saiba controlar seus impulsos agressivos, a própria espécie estará em perigo.

Existe uma relação estrutural entre agressividade e instabilidade política. Embora esta última possa ser explicada de muitas maneiras, nesta dissertação seu sentido será político.

Aprofundando a definição pode se afirmar que surge a instabilidade política quando indivíduos dirigem sua agressividade contra outros grupos ou contra funcionários e pessoas ligadas ao governo ou, inversamente, quando funcionários ou pessoas ligadas ao governo dirigem sobre outros a sua agressividade.

Para desenvolvimento do esquema teórico buscou-se a teoria frustração-agressão, principalmente o postulado de Dollard (1939), que afirma ser a agressão uma consequência da frustração. Este postulado pressupõe que a agressão seja motivada por uma frustração e, inversamente, que a existência da frustração provoque alguma agressão. Mas, uma teoria apenas não esgota toda a complexidade do fenômeno da agressividade e, muito menos, das suas relações com a instabilidade política, embora, as consideráveis teorizações que dela podem decorrer. E, por isso mesmo, buscou-se explicar e ampliar o tema proposto através de outras teorizações.

Segundo a teoria da homeostase as situações frustrantes surgem quando as necessidades básicas do indivíduo não são satisfeitas, acarretando sério prejuízo para a integridade do organismo. A violência é uma das formas

de prejuízo. Quando homens ou grupos conseguem eliminar com descargas motrizes ou emotivas as suas tensões conseguem, também, evitar, até certo ponto, as consequências patológicas do conflito. A violência, nestes casos, encontra uma válvula de escape ou, pelo menos, durante algum tempo ela é mantida sob controle. A catarse, quase sempre, é possível.

Outra forma de resolver a frustração são os mecanismos de defesa, tais como a racionalização, a fuga, a compensação, a transferência, e outros. Eles podem se expressar politicamente quando, por exemplo, grupos minoritários são transformados em bodes expiatórios ou, a agressão é deslocada para competidores internacionais.

Quando a frustração é socialmente sentida e não aliviada, pode levar a um comportamento agressivo e, conseqüentemente, à instabilidade política. Havendo um nível alto de aspirações sociais não satisfeitas em muitas pessoas, num período mais ou menos longo, sobrevem o que se poderia denominar de frustração sistêmica.

Deslocando do plano individual a problemática frustração-agressão para o plano nacional ou internacional, ela pode ser usada como um instrumento para avaliar a instabilidade política.

Examinando-se a quebra das liberdades públicas, a violência institucionalizada do Poder e a impos-

sibilidade de se atingir os objetivos do Estado do bem estar social, pode se demonstrar, na prática, o postulado de Dol-lard. A incidência destes aspectos negativos levará a uma frustração sistêmica e à instabilidade política, pois eles possuem relação positiva com as condições de inquietação da política interna.

Esta dissertação também se inspirou em Feierabend e Nesvold (1973) que realizaram um estudo comparativo da violência, cobrindo oitenta e quatro países, enfatizando a relação entre os fatores sócio-econômicos e as suas implicações políticas. Segundo eles, a probabilidade de um alto nível de instabilidade política é maior com uma combinação de altos níveis de frustração sócio-econômica e altos níveis de flutuação da coação pelo regime político. Se as expectativas sociais são limitadas; se a coação política é muito intensa; e se, finalmente, as dificuldades econômicas são muito grandes, será difícil a manutenção da paz social.

Paradoxalmente, embora se configure um quadro de frustração sistêmica, não haverá instabilidade quando não houver conscientização política por parte da sociedade, ou ainda, quando os impulsos agressivos forem transferidos para grupos minoritários ou contra outras nações.

Este é o tema que esta dissertação de mestrado pretende desenvolver.

2.2 - A metodologia

Escolhido o tema foi imperioso adequá-lo a uma metodologia. A complexidade do assunto reclamava uma estratégia, ao mesmo tempo estruturada e dinâmica, que tornasse possível analisar as mudanças sociais com certa flexibilidade e inventiva, mas que obedecesse ao rigor científico.

Utilizando instrumentos de análise já experimentados em pesquisas de caráter político-social, como as elaboradas por Dollard (1939), Newton (1949), Feierabend (1962) e Deutsch (1962), procurou-se estabelecer paralelo entre o crescimento do comportamento agressivo e a realidade política brasileira analisada sob o ponto de vista da sua estabilidade e da sua instabilidade. Como indicadores de estabilidade política foram utilizados aqueles que caracterizam as liberdades democráticas: imprensa livre, eficácia e legitimidade do governo, estabilidade econômica, participação do povo nas decisões, institucionalização, ausência de atos de terrorismo, ausência de tensão de desenvolvimento e ausência de presos políticos.

O tema era de grande amplitude. Foi preciso limitá-lo.

A estratégia usada consistiu em partir de um esquema teórico, aplicá-lo a uma realidade brasileira e, finalmente, oferecer as conclusões obtidas como um possível esquema referencial passível de ser aplicado a nossa política e a nossa história.

O esquema teórico escolhido partiu da afirmativa de que toda agressão é o resultado de uma frustração. Como, porém, a frustração pode levar a efeitos construtivos ou ser inibida por situações repressivas ou ser deslocada para outros objetos e situações, a instabilidade política, identificada como comportamento agressivo, foi tomada como socialmente sentida e não aliviada.

A seguir, o esquema teórico foi aplicado à realidade brasileira em situações que embora tivesse havido características de instabilidade, mesmo assim, o governo foi estavel.

Feita a crítica, concluiu-se que os resultados obtidos não corresponderiam apenas a determinadas épocas, mas serviriam como um prognóstico e uma advertência.

Enfrentar com objetividade nossos conflitos, questionar nossos valores e instituições, levará à possibilidade de se estabelecer diretrizes para os nossos procedimentos sociais e políticos.

2.3 - As indagações

Há condições de se levantar hipóteses relativas à estabilidade política e social examinando-se o crescimento do índice de agressividade em suas relações com o aumento do índice de instabilidade política.

Entre as muitas hipóteses levantadas serão analisadas as que se seguem:

1) Havendo frustração sistêmica haverá estabilidade quando:

a) Não houver consciência política em estratos significativos da população capazes de reação organizada.

b) Os atos agressivos forem dirigidos para grupos minoritários ou outras nações.

c) A sociedade for participante e nela existirem soluções positivas eliminadoras das frustrações ou a possibilidade destas soluções existirem.

2) Quando não existirem estas condições restritivas, prevê-se comportamento agressivo seguido de instabilidade política.

Escolheu-se como tema as hipóteses citadas porque delas emergiram situações paradoxais. Como, por exemplo, conciliar frustrações e principalmente frustração socialmente sentida e não aliviada, com estabilidade política; como, ainda, aceitar a passividade da Colônia, que é uma sociedade não participante, como algo positivo? Os desafios e as dúvidas tornaram o tema mais interessante. Por fim, concluiu-se que não é possível conservar impunemente uma nação de maneira indefinida sem a consciência de seus valores cívicos ou manter por muito tempo uma situação de beligerância psicológica contra outro Estado.

3. A AGRESSIVIDADE

" Há muita gente para quem o ódio e a raiva dão uma satisfação muito maior que o amor. Agresivos por natureza, tornam-se viciados em adrenalina, entregando-se deliberadamente às mais negras paixões simplesmente para obter o prazer produzido por suas glândulas endócrinas estimuladas. Sabendo que uma auto-afirmação sempre termina por provocar, como resposta, outra auto-afirmação hostil, carinhosamente cultivam a truculência. E, é claro, cedo se encontram envolvidos em uma briga. Mas isto é de que mais gostam, porque enquanto estão brigando, a química de seu sangue faz com que se sintam mais autênticos. Por se sentirem bem, pensam que são justos. O vício de adrenalina é racionalizado como Direito de indignação e, finalmente, como o profeta Jonas, convencem-se firmemente de que fazem bem em ficar zangados. "

ALDOUS HUXLEY

3. A AGRESSIVIDADE

3.1 - Conceito

É difícil conceituar a agressão pois ela é um termo múltiplo e versátil, que se presta a muitas interpretações. Ela já foi conceituada tanto como uma característica de personalidade, como um processo biológico, ou um reflexo estereotipado, ou ainda, um hábito aprendido, ou finalmente, uma classe de respostas físicas e verbais observáveis. O importante, porém, não é formular um conceito

incisivo, mas compreender a dinâmica do comportamento agressivo.

O Diccionario de Psicoanálisis de J. Laplanche e J.-B. Pontalis apresenta o seguinte verbete para agressividade:

" Tendencia o conjunto de tendencias que se actualizan en conductas reales o fantasmáticas, dirigidas a dañar a otro, a destruirlo, a contrariarlo, a humillarlo, etc. La agresión puede adoptar modalidades distintas de la acción motriz violenta y destructiva; no hay conducta, tanto negativa (negación de ayuda, por ejemplo) como positiva, tanto simbólica (por ejemplo, ironía) como efectivamente realizada, que no puede funcionar como agresión. "

(Laplanche e Pontalis, 1974, p. 13)

O problema da conceituação da agressão é complexo e não pode ser resumido apenas numa síntese; dependerá mais do contexto em que os comportamentos são observados.

3.2 - Tipologia

Uma vez que as definições não conseguem esgotar todos os aspectos conceituais da agressividade, é necessário buscar outros elementos de compreensão no estudo da sua tipologia.

Fromm (1975), no seu livro Anatomia da Destrutividade Humana apresenta dois tipos de agressividade: a agressão inata e adaptativa e a agressão destrutiva.

Examinada sob o ponto de vista da voluntariedade ou não da ação, a agressividade pode ser caracterizada como deliberada ou como involuntária.

Outra forma de tipificá-la seria considerá-la manifesta ou latente. No primeiro caso, ela se apresentaria formalmente por gestos, palavras e ações; no segundo caso, ela estaria reprimida aguardando uma forma de se atualizar e explodir. Finalmente, poderia se caracterizar a agressão como intra-pessoal, voltada para o próprio indivíduo, e interpessoal, voltada para outras pessoas.

3.3 - Histórico

A história do homem é a história da sua violência. As cosmogonias, mitos, lendas e livros religiosos apresentaram a agressividade como uma catarse. Quando conseguimos falar, manipular e elaborar o que tememos, a carga emotiva se esvai no exorcismo da ação.

Na verdade, o primeiro conflito vivido pelo homem é o da sua violência, uma vez que ele é um ser dividido entre espírito e matéria. Há uma razão dialética entre o homem e o mundo que o rodeia: o objeto é a síntese e o ego é o conflito. Este conflito esteve presente nas religiões orientais e nos foi legado pela nossa origem judaico-cristã. Em todas elas existe a divisão da realidade em Bem e Mal, forças antagônicas, permanentemente em luta, até o desejado triunfo final do Bem.

A idéia do homem decaído está presente na Bíblia já nas suas páginas iniciais quando Adão e Eva, num inútil jogo de poder, tentam ser iguais a Deus. E, logo a seguir, surge o primeiro homicídio, drama de ódio fratricida, quando Caim mata Abel.

Os filósofos gregos também incorpora-

ram a noção de violência as suas teses. É assim que Heráclito afirma que o combate é de todas as coisas o pai (Refutação, IX, 9).

Hobbes (1651), em seu Leviatan, apresenta os homens vivendo num estado natural, em permanente luta uns com os outros. A causa do conflito seria tríplice: competição, desconfiança e glória. A primeira delas impulsiona os homens a se atacarem para obter um benefício; a segunda, para obter segurança e, a terceira, para obter reputação. Segundo ele, a primeira faz uso da violência para dominar as pessoas; a segunda, para defendê-las; a terceira, faz uso da força por motivos insignificantes:

" Con todo ello es manifiesto que durante el tiempo en que los hombres viven sin un poder común que los atemorice a todos, se hallan en la condición o estado que se denomina guerra; una guerra tal que es la de todos contra todos. Porque la guerra no consiste solamente en batallar, en el acto de luchar, sino que se da durante el lapso de tiempo en que la voluntad de luchar se manifiesta de modo suficiente. "

(Hobbes, 1940 , p. 102)

A filosofia moderna tem em Hegel (1821),

o grande filósofo do conflito que entende que a agressão surge das necessidades não satisfeitas. Como um ser biológico o homem participa da vida e da morte numa relação dialética, se opondo ao mundo.

Georges Sorel (1908), um dos primeiros estudiosos da violência, abordou-a sob o ponto de vista político. Influenciado pelo marxismo ele expôs suas idéias na obra Reflexions Sur la Violence.

Lorenz e Freud mais recentemente desenvolveram suas teorias a respeito da agressividade que serão analisadas a seguir.

3.4 - Teorias

3.4.1 - Teorias instintivistas

As teorias instintivistas tiveram sua origem remota na Filosofia, mas só adquiriram conteúdo científico a partir de Charles Darwin e sua Origem das Espécies.

Para que se possa examinar as principais teorias instintivistas, a etológica e a psicanalítica, torna-se necessário definir o que se aceita como instinto.

William Mc Dougall (1913, 1932) considerou-o como uma propensão, uma carência, que levaria o indivíduo a agir de determinada maneira. Tal definição se aproximaria muito mais do fenômeno da necessidade do que da concepção de instinto.

Segundo os instintivistas a agressão seria um instinto, portanto, inata, diferente da aprendizagem que consiste num comportamento adquirido.

Freud, a princípio, pouca atenção deu ao fenômeno da agressão, pois, segundo ele, existiriam apenas duas categorias de instintos: os sexuais e os de auto-preservação. A partir de 1920, na sua obra Além do Princípio do Prazer, ele passa a aceitar também o instinto de morte que é auto-destrutivo, dirigido contra o próprio indivíduo ou, voltado para fora, atingindo outras pessoas.

O modelo de agressividade freudiano é hidráulico devido à semelhança com a pressão exercida pela água represada. Os impulsos agressivos se encontram em repouso e quando surge um estímulo eles vêm à tona. É necessário sublinhar que a agressão para Freud é um impulso de contínuo fluxo, intrínseco à constituição orgânica do indivíduo. Os

impulsos agressivos não sendo reprimidos liberam a agressão. Existe, pois, uma tensão que precisa ser eliminada para que o indivíduo volte ao estado anterior.

Lorenz (1966), também apresenta um modelo hidráulico de agressão. Ela não é uma reação aos estímulos que vêm de fora mas, sim, resulta do fluxo ininterrupto de energia que precisa ser liberado e se expressa quando o estímulo externo for adequado.

O ponto de partida dos estudos de Lorenz foi a observação dos animais. Segundo ele, a agressão está a serviço da sobrevivência do indivíduo e da espécie. Mesmo quando ela é intra-específica (dentro da mesma espécie) seu objetivo é a continuidade da vida. A violência entre os homens é, incontestavelmente, uma forma de agressão intra-específica e por isso nos interessa o raciocínio desenvolvido por Lorenz a seu respeito. Neste tipo de agressão, três funções preservativas podem se manifestar: a primeira, é a função ecológica. Torna-se necessário lutar pelo território, nutrição, abrigo, etc., pois uma determinada área só é capaz de manter apenas um número limitado de organismos da mesma espécie. No homem o instinto tornou-se descontrolado e ameaça a própria espécie; a segunda função resulta na seleção intra-específica: só os mais aptos sobrevivem; a terceira função positiva da agressão é a da defesa da cria.

As duas teorias, a psicanalítica e a e

tológica apresentam semelhanças e diferenças, contudo, têm o mesmo esquema teórico: o modelo hidráulico. A divergência maior reside na posição quanto à origem do instinto: Freud apresenta a agressão como destrutiva e Lorenz como um instinto seletivo, adaptado ao aperfeiçoamento da espécie. Enquanto Freud estuda o homem no seu consciente e no seu inconsciente, Lorenz observa animais. Ambos, porém, concordam que é patológico o indivíduo não conseguir expressar a agressão por meio da ação. Para a psicanálise, a repressão faz aparecer a patologia; para a etologia, o homem moderno sofre uma descarga insuficiente do impulso agressivo.

3.4.2 - Teoria comportamentalista

A teoria comportamentalista baseia-se na premissa de que a psicologia é a ciência do comportamento. Seu criador J. B. Watson (1914) minimizou a importância da hereditariedade, recusou o método introspectivo, deixou de lado a subjetividade, para converter o comportamento no único objeto de estudo da sua psicologia behaviorista.

Segundo a teoria behaviorista Skinner (1963) desenvolveu-a consideravelmente e quase suplantou o mestre. Sua psicologia é a da ciência manipulatória do comportamento. Segundo ele, quando um indivíduo, com seu comportamento agressivo, sabe que obterá resultados positivos,

ele tenderá a repetir o comportamento violento. A agressão não é apenas a resposta a um ataque ou a reação de uma pessoa enraivecida ou frustrada, mas com frequência se trata de uma resposta instrumental que resulta em ganhos positivos por parte do agressor. A agressão, porém, tende a não ocorrer se houver repressão através de recursos ligados à noção de castigo.

Aplicado o esquema frustração-agressão à Ciência Política, a noção de castigo pode ser identificada com a coerção empregada por regimes políticos.

Comparando as teorias instintivistas e behavioristas pode se deduzir que, apesar das diferenças existentes entre elas, ambas aceitam o homem como um ser desprovido de responsabilidade e liberdade.

O homem é controlado ou pelo instinto ou pelo condicionamento. O livre arbítrio fica totalmente anulado.

A conclusão mais imediata sobre as diversas teorias que abordam a agressividade é de que a importância delas extravasa o campo da Psicologia para influenciar e explicar muitos problemas da Ciência Política.

3.5 - Outro enfoque

Enquanto os instintivistas aceitam a agressão como um impulso geneticamente programado próprio da espécie, enfim, um instinto, as teorias comportamentalistas afirmam que ela é uma resposta instrumental que resulta em ganhos positivos por parte do agressor.

Assim, pode-se encarar a agressão como o processo violento, independente do conteúdo moral ou maniqueísta, impregnado da noção de bem ou mal. Ela é um mecanismo homeostático, resposta às necessidades não satisfeitas do indivíduo. Seu inatismo é diferente do apresentado por Freud ou Lorenz, pois ela não é instinto, mas instrumento de auto-regulação que se adaptou evolutivamente às necessidades da sobrevivência. Quando são criadas necessidades sociais pela modernização, pela diferença de classes sociais, pelo manejo indevido do Poder do Estado, pelo desequilíbrio econômico e por tantos outros fatores negativos e, ao mesmo tempo, quando estas mesmas necessidades não são satisfeitas, por um período mais ou menos longo, surge a frustração sistêmica. Como a toda frustração corresponde uma agressão, as frustrações socialmente sentidas e não aliviadas geram instabilidade política. Relacionando violência sistêmica com instabilidade política teremos criado o núcleo das proposições

que serão analisadas dentro da história política do Brasil.

O tema é de grande amplitude. Foi preciso limitá-lo para que a tortura, a guerrilha, as ações terroristas e outras formas de violência, ficassem restritas a apenas alguns aspectos e recebessem tratamento mais científico.

4. ESTABILIDADE E INSTABILIDADE DO ESTADO

" La diferencia política más importante entre los países se refiere, no a su forma de gobierno, sino al grado de gobierno con que cuentan. Las diferencias entre democracia y dictadura no son tantas como las que existen entre los países cuya política incluye el consenso general, comunidad, y atributos tales como legitimidad, organización, eficacia, estabilidad, y aquellos otros que carecen de muchas de estas cualidades. "

SAMUEL P. HUNTINGTON

4. ESTABILIDADE E INSTABILIDADE POLÍTICA

4.1 - O conceito

A palavra estabilidade vem do latim stabilis, e, que significa: firme, imutável e durável. A origem do termo é o verbo stare: estar firme. Dele se originam palavras impregnadas de conteúdo político: 1º) status - maneira de ser - que figura em Estado; 2º) sto - firmeza - que compõe palavras como: constituição, instituição, constituir, instituir.

Neste trabalho duas entre elas serão a nalisadas: estabilidade e instabilidade. Segundo Lipset (1976) ambas dependem da relação que existe entre a eficácia e a legitimidade.

Huntington (1972) identifica estabilidade com ausência de "desordem política" e instabilidade, conseqüentemente, com a existência de "desordem política". Segundo ele, entre as características desta desordem encontram-se:

" ... crecientes conflictos étnicos y clasistas, repetidos motines y violencia popular, frecuentes golpes de Estado militares, predominio de dirigentes personalistas inestables que a menudo adoptaban desastrosas políticas económicas y sociales, una amplia y flagrante corrupción de ministros y empleados públicos, una violación arbitraria de los derechos y libertades de los ciudadanos, niveles decrecientes de eficacia y capacidad burocráticas, una difundida alienación de los grupos políticos urbanos, la pérdida de autoridad de legislaturas y tribunales, y la fragmentación (y a veces desintegración total) de partidos políticos com amplias

bases de afiliados. "

(Huntington, 1972, p. 14/15)

Para a compreensão dos conceitos é importante a análise das teorias sobre estabilidade-instabilidade, como também o exame dos diversos fatores que as provocam. Em todas as teorias o fator mudança está presente pois a própria estabilidade ou a instabilidade, coisificadas em substantivos, são na realidade fenômenos dinâmicos. Mas, nem toda mudança é um fenômeno de estabilidade ou de instabilidade. David Easton assim se refere ao abordar o problema:

" A estabilidade é apenas um tipo especial de mudança e não um tipo genericamente diferente. Nunca existe uma situação social em que os padrões de interação são absolutamente imutáveis. Se estabilidade deve ter um significado sensível, deve representar uma condição em que o índice de mudança é suficientemente lento para não criar problemas especiais devidos à mudança. Mas sempre há alguma mudança. "

(Easton, 1968, p. 147)

A diferença entre estabilidade e instabilidade parece ser uma questão de intensidade da mudança.

A discussão das teorias que examinam o problema esclarecerá o assunto.

4.2 - As teorias

Um dos temas mais complexos dentro da Ciência Política é o da estabilidade-instabilidade do Estado. A abordagem teórica não é fácil, principalmente no que se refere a critérios necessários para a sistematização. Na busca de uma visão didática agrupou-se as teorias sobre esta bilidade-instabilidade em três grupos:

- 1º) Teorias funcionalistas
- 2º) Teorias dos Sistemas Gerais
- 3º) Teorias do conflito

4.2.1 - Teorias funcionalistas

A abordagem das teorias funcionalistas logicamente deve começar pela Teoria Biológica. Sempre foi

facil para o homem antropomorfizar os animais e os objetos pois, para ele, o modelo mais perfeito é o seu próprio modelo. Por analogia, as sociedades possuem a anatomia e a fisiologia humanas e, conseqüentemente, nascem, crescem e morrem. Os fenômenos vitais encontram seus correspondentes nos fenômenos sociais.

Numa imitação de Deus o homem quer recriar o mundo a sua imagem e semelhança.

O abandono do modelo orgânico só se torna possível quando existe objetividade científica, rigor metódico e maturidade psicológica. Só então é que o homem consegue abandonar o seu próprio modelo e aceitar a existência de uma realidade independente da sua. Mais facil e mais cômodo é estabelecer a analogia entre a sociedade e o corpo do homem.

A partir de Charles Darwin, a concepção da evolução do ser humano como uma "luta pela vida" passou a ser relacionada com os fenômenos sociais. O indivíduo para sobreviver precisa lutar, pois só os mais aptos têm chance de continuar existindo. Em conseqüência, transportada para o terreno econômico a teoria darwiniana justifica a luta pela livre concorrência.

Muitos cientistas sociais aceitaram a idéia da Sociedade comparada a um organismo vivo acrescentando

do, cada um deles, contribuições pessoais as suas concepções. Mosca (1968), por exemplo, aplicou o modelo orgânico ao domínio político substituindo a luta pela vida por uma preeminência.

O funcionalismo, que pode ser considerado o moderno representante da teoria biológica, põe em destaque a ordem, a cooperação e o consenso. Ele partilha com o marxismo a característica fundamental de tentar dar uma explicação de todos os processos sociais. A indagação principal feita pela abordagem funcionalista é a de saber qual o papel que desempenha um sistema social ou político na manutenção do sistema como um todo.

Na análise da mudança social o funcionalismo representa o sistema político que visa conservar um equilíbrio relativamente estável utilizando processos contínuos para neutralizar as fontes endógenas e exógenas da variabilidade. A instabilidade política é a incapacidade de manutenção do sistema.

Como o funcionalismo chegou às Ciências Sociais, partindo da Biologia, muito do seu vocabulário indica a sua origem. Um exemplo desta afirmação é a palavra homeostase criada por Cannon (1934). O termo foi aceito e incorporado à Ciência Política.

4.2.2 - Teorias dos Sistemas Gerais

A teoria dos Sistemas Gerais, que se originou do movimento que visava a unificação da ciência e da análise científica, elevou o estudo dos fenômenos políticos acima dos processos antigos das abordagens comuns fazendo surgir quadros referenciais e enriquecendo as colocações teóricas.

Houve, também, à semelhança do que aconteceu na teoria orgânica e na concepção funcionalista, a incorporação de palavras e conteúdos novos à Ciência Política. O cientista político passou a usar palavras como: auto-regulação, retroalimentação, receptores, escalada, ganho ou efetivadores.

Mas antes de qualquer análise sobre as teorias a serem explicitadas é necessário a definição da palavra mais central do processo, ou seja: sistema.

Sistema é a reunião de elementos que vão interessar aos propósitos da pesquisa, às atividades preliminares de coleta e análise de dados. Outra definição considera sistema como o conjunto de interações abstraídas da totalidade do comportamento social. Ou ainda, quando encarado politicamente, é o conjunto de interações resultantes da

organicidade dos comportamentos sociais através das quais os valores são alocados autoritariamente para uma sociedade.

A teoria sistêmica argumenta que é preciso haver conceitos básicos gerais, orientadores, uma vez que são envolvidas muitas disciplinas diferentes. Desta orientação vai se beneficiar a Ciência Política, principalmente quando ela é examinada em seus conceitos e princípios à luz da teoria sistêmica.

Os primeiros princípios sistêmicos são descritivos, delineando a estrutura dos sistemas e os seus processos básicos. São examinadas: a) as diferentes espécies de sistemas, quer sejam abertos ou fechados, orgânicos ou inorgânicos, bem como os limites dos sistemas; b) a organização interna que possuem; c) a interação com o meio ambiente.

O segundo grupo de conceitos se refere aos fatores que regulam e mantêm os sistemas.

Um terceiro grupo enfatiza os aspectos dinâmicos.

Finalmente o último grupo enfoca os fenômenos de desintegração e colapso.

Embora todos os aspectos citados estejam entrelaçados, sendo apenas virtual a sua divisão, aqui

serão enfocados principalmente os que se referem ao segundo grupo de conceitos, isto é, à estabilidade e instabilidade políticas, dando também atenção aos aspectos do terceiro grupo.

Com o auxílio da teoria dos sistemas a noção de estabilidade ganhou maior precisão:

" Os conceitos de estabilidade e equilíbrio são centrais, juntamente com suas diversas ramificações. Portanto, há uma série de conceitos que trata dos padrões e dos tipos de conflito político e dos vários processos de resolução de conflitos. Em redor desse conjunto de conceitos estão questões referentes a variáveis tais como a legitimidade, autoridade e valibilidade (do Poder). "

(Young, 1970, p. 17)

A teoria sistêmica apresenta vários modelos. O modelo mecânico mostra a sociedade como uma máquina onde as partes se inter-relacionam de maneira harmônica. A mudança em alguma das partes afeta às demais e tem igualmente repercussão no todo. A instabilidade seria a quebra de relacionamento entre as partes.

A concepção mecanicista da sociedade

não é totalmente nova; aceitaram-na alguns filósofos gregos, mas foi a teoria dos Sistemas Gerais que lhe acrescentou uma base científica.

Numa alternativa teórica a sociedade pode ser encarada como um equilíbrio de forças. Neste modelo o sistema social é uma configuração de forças dinâmicas. Qualquer perturbação, de dentro ou de fora, tende a ser contrabalançada por forças opostas, de forma que o sistema volta ao estado anterior à perturbação.

O terceiro modelo a ser discutido é o cibernético, também chamado de sistema de retroalimentação e que se baseia no processamento de informações. Supõe-se aqui que os eventos se sucedem e que o último da série volte a influenciar o primeiro. Em vez de um processo linear existe um processo circular.

Quem desenvolveu principalmente a abordagem analítica foi David Easton (1970). Para ele, no sistema político existe uma interação entre o próprio sistema e o seu ambiente. As trocas e influências interativas, entre sistema político e meio ambiente, obedecem a um fluxo de entradas (inputs) e saídas (outputs). As entradas são os indicadores-chaves que operam de maneira tal que os acontecimentos e as condições ambientais influenciam no funcionamento do sistema político. As saídas podem ser encaradas sob um duplo aspecto: por um lado, correspondem às decisões e ações

da autoridade, concretizadas em diplomas legais, decretos, decisões administrativas e manejo político; por outro lado, as saídas representam as reações às tensões do sistema político que dependem de um duplo processo de realimentação (feedback). Aprofundando a análise pode se considerar as entradas como de demanda e de apoio. As primeiras são de quatro tipos: demandas relacionadas à prestação de serviços e aquisição de bens, como salários e educação; demandas para regulamentação do comportamento; demandas para a participação política, como eleições; demandas para a comunicação. As entradas de apoio são ações concretas de reação da sociedade em relação às autoridades, ao regime, à comunidade política.

Para Easton, a retroalimentação (feedback) pode ser negativa ou positiva. Esta última leva a mudanças, isto é, à perda da estabilidade ou equilíbrio, enquanto que a retroalimentação negativa se caracteriza pela homeostase, desempenhando um papel importante na manutenção da estabilidade das relações e, conseqüentemente, na manutenção do sistema.

Nos sistemas interpessoais, quer sejam eles a família, os partidos políticos ou o Estado, a admissão da informação (input) afeta o comportamento dos membros do grupo influenciando, portanto, todo o sistema. A informação pode ser ampliada e redundar em mudanças ou ser neutralizada para manter a estabilidade, segundo os mecanismos retroalimentadores sejam, respectivamente, positivos ou negativos.

Aplicando-se aos sistemas políticos os princípios cibernéticos pode se concluir que a estabilidade é mantida quando a informação, os processos, as forças sociais procuram diminuir os desvios ou tendências sociais. Os outputs são portanto tão importantes quanto os inputs, pois fazem parte de um mesmo processo.

" Eles representam um método para ligar o que acontece dentro de um sistema ao meio ambiente através do comportamento específico relacionado à alocação autoritária de valores. "

(Easton, 1968, p. 172)

4.2.3 - Teorias do conflito

As teorias do conflito são distintas de todas as outras pelo fato de insistirem na realidade do conflito irremediável e fatal, sem possibilidade de uma conciliação. Enquanto as teorias funcionais e as teorias dos sistemas gerais têm sua base na continuidade, as teorias do conflito se fundamentam na ruptura das tradições. Tanto para uma como para outra, os agrupamentos humanos tendem a conservar sua personalidade, a qual deve ser mantida apesar de modificações surgidas de uma geração para outra. As teorias do conflito pretendem a quebra das tradições e o afastamento

de qualquer forma de coerção.

Os grupos precisam de quem assuma o poder mas, quem quer que o faça, será contestado e até mesmo, por que não afirmá-lo, será odiado pois representará o controle, a restrição, a força, o comando.

Na maioria das vezes é dentro do próprio grupo que surge a força de protesto que irá provocar a mudança do poder, embora esta mudança possa ser motivada por causas exógenas.

As indagações sobre as causas do conflito levantam problemas de ordem ideológica e política. E por isso mesmo o anarquismo, que é a teoria mais extremada dentre aquelas que aceitam o conflito e o defendem, afirma que os princípios da consciência individual estão acima da lei e de toda autoridade política. A consciência é a definidora do que é moral ou correto. A força legal não tem valor para impor princípios norteadores da conduta.

" Nenhum dos autores anarquistas (entre os quais até Proudhon deve ser incluído, embora ele preferisse chamar-se "socialista") compreendeu que alguma forma de associação política é necessária para que as sociedades existam, e as relações políticas devem, portanto,

coexistir com as relações sociais, embora não tenham, forçosamente, de se confundir com elas. "

(Runciman, 1966, p. 36)

O que se apresenta de forma paradoxal é o fato de que, embora contestando o Estado, acreditavam os anarquistas que a sociedade deveria reconhecer direitos garantidos constitucionalmente.

" Cuando el conflicto social falta por completo, las instituciones políticas son innecesarias; cuando hay ausencia total de armonía, son imposibles. Dos grupos que se consideran sólo como enemigos irreconciliables no pueden constituir la base de una comunidad, a menos que esa actitud mutua cambie totalmente. "

(Huntington, 1972, p. 20)

A análise do texto nos leva a concluir que o conflito é indispensável à existência das instituições políticas, mas por outro lado, um conflito permanente torna a sobrevivência destas instituições impossível. Posicionado o dilema, é necessário trabalhar a sua essência: aceitá-lo ou lutar para transformá-lo, tentando encontrar alternativas ou fixar os limites de conflito.

A teoria anarquista não é a única que coloca o conflito na base das mudanças políticas e sociais. Seguem a mesma linha teórica a dialética hegeliana e a teoria marxista.

A primeira aceita o conflito como necessário à sociedade. O mundo está num constante vir a ser, historicamente determinado. O fluxo dos fenômenos históricos obedece a uma lei universal que se manifesta na dialética real das coisas. As contradições imanentes resolvem-se pelo movimento dialético de tese, antítese e síntese. Para Hegel, a sociedade civil e o Estado estão em oposição. A sociedade civil engloba as atividades produtivas e todos os serviços a ela concernentes sob o ponto de vista administrativo. Pode ainda ser dividida em três momentos:

- a) o sistema das necessidades;
- b) a defesa da propriedade pela justiça;
- c) a defesa dos interesses particulares pela administração e pela corporação.

O Estado, segundo ele, deve ser encarado sob o ponto de vista da soberania e como mediador das contradições da sociedade civil. O desequilíbrio, a instabilidade, são o resultado da sociedade dividida em classes sociais, sofrendo conflitos de ordem econômica.

O terceiro e último modelo a aceitar a

ordenação social em termos de conflito é o desenvolvido por Marx.

A posição de Marx a respeito do Estado é muito semelhante à dos anarquistas que consideram a organização política uma forma de violência, uma imposição desagradável. A diferença principal reside no fato de Marx colocar a interpretação do Estado em termos econômicos. Embora atacando violentamente o idealismo hegeliano, ele foi influenciado por Hegel de quem tirou o esquema dialético. Aqui a análise será limitada apenas ao questionamento que Marx faz, em sua obra, sobre o poder e sobre o conflito entre o homem e a ordem política.

Segundo Marx, toda a realidade existente, inclusive a própria sociedade, passa por uma espécie de necessidade dialética através de três estágios: de afirmação ou tese, negação ou antítese e, reconciliação dos opostos ou síntese. Os conflitos se sucedem, sempre obedecendo o processo histórico. Em toda sociedade há duas classes: uma apegada ao sistema obsoleto de produção, outra que defende o sistema nascente. Neste processo de transformação a classe vitoriosa, que irá impor o novo sistema de produção, tem em si as sementes da destruição e decadência que irão, por suavez, desencadear novo processo dialético. O Estado nada mais é do que um instrumento da classe dominante que dele se utiliza para manter o status quo oprimindo e explorando as demais classes. A violência é, pois, a parteira da História, concluem Engels e Marx.

4.3 - Os fatores

Após análise das teorias sobre a estabilidade-instabilidade, e principalmente das teorias do conflito, cabe ainda questionar, de maneira mais pragmática, os fatores que as motivam. A relevância ou importância dos fatores vai depender de condições de espaço e tempo, usando-se estas palavras em todo o seu conteúdo até esgotá-lo na sua dinâmica e transcendência. Fatores que numa época assumem grande importância, pela sua contingência histórica, perdem em outra situação a sua relevância.

A estabilidade política é o resultado de muitos fatores; por dedução, a ausência ou o desequilíbrio deles levará à instabilidade.

4.3.1 - Fatores políticos

Seymour Lipset (1975) aponta como fatores de estabilidade a eficácia e a legitimidade de um regime político. Segundo ele, a eficácia significa o desempenho real, a maneira pela qual o sistema satisfaz às funções básicas do governo, de acordo com o ponto de vista da maioria da

população e dos grupos poderosos nela existentes, quer sejam eles empresas comerciais ou forças armadas.

A legitimidade resume as várias estratégias usadas pelo sistema na manutenção e na própria criação de ideologias capazes de justificar a eficácia das instituições políticas vigentes. Por ser valorativa, avaliativa (enquanto a eficácia é instrumental), a legitimidade de um sistema político depende da força de sua ideologia.

As crises de legitimidade obedecem a fenômenos de mudança social e, no século XX, sofreram influência dos meios de comunicação de massa.

A perda da legitimidade se dá quando os valores nacionais sofrem mudanças profundas, surgindo uma ruptura na evolução política. Foi o que aconteceu no Brasil com a proclamação da República.

Um outro tipo de perda da legitimidade emerge das estratégias usadas pelos diversos grupos para conquistarem o poder. Quando há necessidade do emprego da força para se abrir caminho para o corpo político, há igualmente uma tendência a se superestimar a participação política. Os sistemas que negam a determinados grupos o acesso ao poder, impedem a legitimidade do processo e preparam a instabilidade política.

Além da eficácia e da legitimidade, que não são suficientes para expressar plenamente o equilíbrio do Estado, pode se acrescentar a participação e a institucionalização. Existe uma relação entre o desenvolvimento das instituições políticas e a participação do povo nestas instituições. Para haver estabilidade é necessário que as mudanças sociais estejam em equilíbrio e se façam ao mesmo tempo que o desenvolvimento das instituições. A rapidez do desenvolvimento social e econômico, (urbanização, alfabetização, desenvolvimento dos meios de comunicação), criam no povo uma conscientização de valores, direitos e deveres, que põem em perigo as instituições políticas, principalmente se estas se apresentarem muito rígidas.

Para haver estabilidade será necessário maior participação do povo que já é mais bem informado e, portanto, participante; fortalecimento dos partidos políticos, com possibilidade de alternância dos mesmos no Poder; modernização consciente e gradativa das instituições políticas.

4.3.2 - Fatores sociais

Entre os fatores sociais que exercem influência na estabilidade ou instabilidade do Estado pode ser citada a modernização. Examinada de maneira indireta

quando dentre os fatores políticos se discutiu a participação, ela engloba um conjunto complexo de fenômenos sociais. Inclui elevado desenvolvimento científico e tecnológico, expansão da educação nos seus vários níveis. Inclui mudança social no que diz respeito à organização e participação sociais. Inclui, também e finalmente, a aspiração e a capacidade para produzir e consumir grande quantidade de bens e serviços.

Tem-se buscado erradamente, no século XX, o modelo de desenvolvimento nas nações que possuem alto grau de modernidade.

Os países subdesenvolvidos por certo sofrem o maior impacto das mudanças sociais, pois elas foram, na sua grande maioria, originadas fora deles e incorporadas por imitação ou aproximação. Suas estruturas de transição não podem suportar toda a dinâmica mobilizadora que tais modificações exigem. Se por um lado existem expectativas crescentes, por outro lado podem surgir frustrações crescentes como resultado da impossibilidade de se atingir o grau pretendido de satisfação das necessidades sociais. As sociedades tradicionais emergentes copiam a modernidade das nações mais desenvolvidas, mas é natural que toda a população não possa de maneira unânime alcançar o objetivo desejado. Surge então a instabilidade política.

Outro fator social importante dentro

da dinâmica política é a divisão em classes sociais.

A partir de Marx, a divisão da sociedade em classes sociais passou a representar luta de classes e, para grande número de teóricos em Ciências Sociais, foi considerada como o principal fator nos conflitos políticos. Aceitando ou não Marx, depois dele a noção de classe passou a ser enfocada tendo em vista o papel essencial que ela desempenha na vida política. Há um antagonismo entre as classes e este se torna político na medida que diz respeito ao Poder.

A noção de classes sociais baseada na desigualdade das situações, na ausência de oportunidades iguais para todos, se transforma num fator de instabilidade política. Não é a divisão social, por si só, que provoca a revolta mas sim, a fraca participação nas organizações políticas, a dificuldade de obter empregos compensadores, a pouca instrução e informação, enfim, a contradição de ser pobre numa sociedade rica.

A desigualdade entre as classes sociais é um fermento da violência e se manifesta principalmente na criminalidade.

Outro fator social que afeta a estabilidade do Estado é a pressão demográfica.

O problema é assim comentado por Duver

ger:

" Há muito tempo que está espalhada a idéia de que a demografia tem influência nos antagonismos políticos.

.....

Há já muito tempo que certas pessoas consideram a pressão demográfica como o fator essencial dos mais graves conflitos. É velha como o mundo a idéia de que, nos países sobrepovoados, as tensões sociais são violentas e frequentes as revoluções e as guerras. Pelo contrário, nos países menos povoados, os antagonismos estariam atenuados, os governantes seriam menos contestados e a paz mais bem assegurada. "

(Duverger, 1972, p. 57)

Esta idéia da força dos fatores demográficos influenciando a estabilidade política, que se iniciou com Malthus, foi retomada nos nossos dias, pois é verdade que o crescimento desordenado da população diminui a renda per capita, aumenta o antagonismo entre as gerações e as classes, gera problemas de desemprego e finalmente, leva ao sub-desenvolvimento.

É ainda Duverger quem nos afirma:

" As teorias da pressão demográfica apoi-
am-se em fatos impressionantes. A po-
pulação da Europa duplicou entre 1814
e 1914: em seguida estalaram os gran-
des conflitos da primeira metade do sé-
culo XX. No final do século XVIII, a
França estava naturalmente sobrepovoa-
da, em relação aos recursos naturais e
às técnicas da época: nesse momento
surgiram a Revolução de 1789 e as guer-
ras de 1792-1815. Nos atuais países
subdesenvolvidos, a sobrepopulação coin-
cide com múltiplos movimentos revoluci-
onários e com atitudes frequentemente
bélicas. Nos anos trinta, a Alemanha
na Europa e o Japão na Ásia estavam vi-
sivelmente sobrepovoados: o seu expan-
sionismo e as guerras que desencadea-
ram tinham como objetivo conseguir pa-
ra esses países o espaço vital que
lhes faltava. "

(Duverger, 1972, p. 58)

As teorias sobre a pressão demográfi-
ca, porém, não são tão simplistas. Há países superpovoados
que são estaveis e outros que, apesar de sua fraca densidade
demográfica, apresentam instabilidade política. Além da den-
sidade demográfica há que levar em conta que a população

crece com intensidade muito maior nas áreas mais pobres, gerando aumento da pobreza. Este fenômeno, aliado à excessiva concentração populacional, cria condições sócio-econômicas explosivas que, em última instância, poderá nos levar a uma catástrofe de consequências imprevisíveis.

4.3.3 - Fatores econômicos

As necessidades não satisfeitas levam à frustração e esta tem como resultado a agressividade. Quando a frustração é permanente, a agressividade será sistêmica. O equilíbrio do indivíduo pode então romper-se e surgir a instabilidade, que tanto pode acontecer no plano individual como no plano político.

O esquema, porém, é bastante complexo tendo em vista que o fator econômico não é o único responsável pela instabilidade política. Ainda assim ele não deve ser minimizado.

Fatores econômicos como a urbanização, renda per capita e industrialização, funcionam como elementos por causa e por meio dos quais pode ser levantada a discrepância entre desejos sociais e satisfações sociais. Não há hipótese de haver baixa satisfação de desejos e igualmente baixo nível de aspirações, a frustração será significativa.

Quando houver baixa satisfação de desejo e elevada formação de desejo, o resultado será a elevação do nível de frustração. Na terceira hipótese, havendo tanto elevada satisfação de desejo quanto elevada formação de desejo, a frustração será baixa.

As hipóteses acima relacionadas podem ser aplicadas, praticamente, tendo em vista a realidade brasileira. A luta do homem pela sobrevivência é violenta. Assim foi nas culturas primitivas e continua sendo nas sociedades modernas. Os fatores econômicos gerando diferenças entre os indivíduos geram também antagonismos que funcionam como motivadores da violência.

4.3.4 - Fatores psicológicos

Enquanto os marxistas enfatizam a importância das classes sociais como causadoras do combate político, os ocidentais valorizam os fatores psicológicos.

Tanto a psicanálise como o behaviorismo dão muita importância à frustração das necessidades. Quando as carências básicas não são atendidas, há uma quebra na homeostase individual. Respirar, comer, dormir são necessidades básicas do organismo. Fundamentais também são aquelas que se referem ao gregarismo, à credulidade, à aceitação do

indivíduo no grupo.

Malinowski (1962), assim define as necessidades:

" Por necessidade, em consequência, eu compreendo o sistema de disposições naturais no organismo humano, no ambiente cultural, e relação de ambos com o ambiente natural, que são suficientes e necessárias para a sobrevivência do grupo e do organismo. Uma necessidade, por conseguinte, é a série limitadora de fatos. "

(Malinowski, 1962, p. 90)

Assim, também, os grupos e o Estado como grupo que é, têm necessidades a serem satisfeitas sob pena de virem seus ajustamentos sociais prejudicados ou a própria sobrevivência ameaçada.

Podemos esperar violência individual e grupal quando a fome não é saciada; quando a inflação sobe a níveis espantosos, impedindo a aquisição até mesmo dos bens de primeira necessidade; quando as aspirações de respeito e de inclusão social são frustradas; quando as diferenças de classe são muito profundas e odiosas.

Mas a violência é mais explosiva, porque mais profunda, quando a necessidade de justiça e liberdade é traída ou negada.

5. A PROBLEMÁTICA AGRESSÃO-FRUSTRAÇÃO

" Assim como ontem, na defesa da integridade e da honra nacional repelíamos os extremistas da esquerda, enfrentamos, hoje, sem vacilações, os extremistas da direita. Ambos se equivalem nos seus meios e objetivos, e encontram igual repúdio na opinião pública ... "

GETÚLIO VARGAS

" A valorização do homem brasileiro constitui o objetivo final de todos os empreendimentos deste governo, ou seja, a meta suprema. "

JUSCELINO KUBITSCHEK

5. A PROBLEMÁTICA AGRESSÃO-FRUSTRAÇÃO

A teoria da frustração-agressão, que neste trabalho aceitamos de maneira restrita, tem sofrido u ma série de análises, ora no terreno individual, ora no pla no coletivo.

Nesta dissertação aceitou-se o senti- do político da agressão, tomando-a como sinônimo de instabi- lidade política.

Partindo de um esquema teórico, foi possível formular hipóteses que pretendem levantar e rela- cionar o aumento da agressividade com a instabilidade polí-

tica. Estas hipóteses de trabalho serão relacionadas com a realidade brasileira.

5.1 - Embora havendo frustração sistêmica haverá estabilidade política ...

O que acontece quando existe frustração sistêmica? Seguindo a linha de raciocínio proposta pela afirmativa: a toda frustração corresponde uma agressão, a presunção é de que haja instabilidade política. Três hipóteses contrárias, entretanto, podem se configurar. Não haverá instabilidade política, quando:

1º) não houver consciência política em estratos significativos da população capazes de reação organizada;

2º) os atos agressivos forem dirigidos para grupos minoritários ou outras nações;

3º) a sociedade for participante e nela existirem soluções positivas eliminadoras da frustração ou a possibilidade destas soluções existirem.

As três hipóteses contrárias que decorrem da proposição mais geral serão questionadas com o auxílio de referencial teórico e exemplificadas dentro da história brasileira.

5.1.1 - Haverá estabilidade política quando não existir consciência política em estratos significativos da população, capazes de reação organizada.

A época escolhida, para desenvolver a proposição, foi a do Brasil Colônia, embora a "Colônia" não seja um Estado livre, soberano e independente. Uma das razões da escolha se prende ao fato de que se deve buscar as origens numa auto-análise corajosa, onde se recue às memórias mais longinquas e primárias, numa tentativa de maior autenticidade.

O segundo motivo que determinou a opção, resultou de uma convergência de aspectos reforçadores relativos à afirmação proposta.

O conflito e a violência não estiveram ausentes do período colonial, mas eles se limitaram a atos de desespero, como os que deram origem aos quilombos, ou surgiram como repulsa a privilégio de monopólios comerciais, ou

ainda evoluíram da proibição de escravizar os índios. Havia uma resistência surda contra o fisco e contra o abuso da autoridade. Portugal, muito distante de sua colônia, não podia exercer controle sobre os possíveis desmandos da autoridade local.

Era de supor que o português, em contato com um novo ambiente, confrontado com culturas diferentes — índias e africanas — tivesse problemas de inclusão e controle. Por si só, a situação do colonizador, homem pertencente, simultaneamente, a dois grupos sociais diferentes — ao da Metrópole e ao da Colônia — já o levaria à dificuldade de inclusão na nova sociedade.

A marginalização era pior ainda em relação ao índio e ao negro; o primeiro, espoliado da sua terra e dos seus valores; o segundo, brutalmente trazido para uma nova cultura, para um novo continente e para um novo papel.

O controle (usando-se a terminologia de Schutz, 1974), evidentemente pertencia aos europeus e o primeiro choque deveria surgir no meio deles. Foi o que aconteceu quando colonos e missionários entraram em conflito a respeito da situação do indígena. Os colonos consideravam o índio como indispensável à adaptação do europeu ao meio, uma vez que os nativos conheciam a floresta e a fauna. A hipótese da utilização do silvícola, como mão de obra, também agra

dava ao colono, mal acostumado ao trabalho braçal.

Com o episódio da expulsão dos franceses, o interesse pelo silvícola aumentou, pois ele se mostrava um aliado de excepcional coragem. Os missionários, porém, tinham outro posicionamento: consideravam o nativo como objeto da catequese religiosa. Estas duas maneiras tão diversas de se aceitar o indígena na sua posição existencial, ou escravo ou objeto de catequese, fatalmente acabaria em conflito.

Em 1624 ocorreu o primeiro deles no Maranhão, embora muito antes desta data tivesse havido violências da parte dos bandeirantes contra os índios "domesticados". Mais tarde, em 1642 e 1652, outros choques haveriam de surgir no Maranhão, em São Paulo e no Amazonas.

Quando Vieira chegou ao Maranhão em 1653, acompanhado de outros jesuítas, logo se colocou como o maior defensor dos indígenas do Maranhão e do Pará. Tal atitude atraiu sobre ele e seus companheiros a ira dos colonos. A reação foi formalizada em petição enviada ao Capitão Mor Inácio do Rego, onde eram solicitadas providências contra a atitude dos inacianos. Vieira obteve, porém, do Rei D. João IV um alvará régio, no qual a Companhia de Jesus era considerada competente para tratar de assuntos referentes aos indígenas. Os colonos, inconformados, iniciaram uma reação que resultou na expulsão dos jesuítas do Pará em 1661.

Só mais tarde, em 1667, os religiosos recuperaram o antigo prestígio junto à Corte, e em tais proporções que chegaram ao ponto de inspirar um decreto que dava liberdade completa ao silvícola.

A proibição de escravizar o indígena levou o colono a procurar uma alternativa: a opção encontrada foi a do tráfico de escravos africanos. Substituiu-se uma violência por outra.

Referindo-se ao investimento inicial feito pelos portugueses, Nelson Werneck Sodré assim se expressa:

" O colonizador não se transfere ao Brasil para produzir apenas o necessário à sua subsistência. Poderia fazer isto em melhores condições, sob muitos pontos de vista, em sua área de origem. Poderia fazer aqui, com o seu próprio esforço, com o esforço de seus braços. Mas não é para isso que se transfere à Colônia; transfere-se para enriquecer. Enriquecer, no caso, significa produzir, não para a própria subsistência, ou a da comunidade, mas para alcançar um excedente que se destina ao mercado, produzir mercadorias.

A produção desse excedente está na pró
 pria finalidade da colonização. Ora,
 essa produção não poderia surgir do em
 prego apenas dos braços do coloniza-
 dor, mas do emprego de outros braços,
 e de muitos outros. Daí o trabalho es
 cravo, e trabalho escravo do africano,
 isto é, do elemento já afeito ao modo
 escravista de produção. "

(Sodré, 1979, p. 69/70)

A escravatura surgiu como uma necessi-
 dade econômica. Daí porque, na organização social da Colô-
 nia, os escravos passaram a representar o grupo social mais
 numeroso e mais carente de direitos.

Para afastar os possíveis sentimentos
 de culpa do colonizador, foi preciso destruir culturalmente
 o negro. Tornou-se necessário criar toda uma estrutura ideo
 lógica para justificar a escravidão, que possuía o benepláci-
 to até mesmo da Igreja. O africano era o "estranho socioló-
 gico", de pigmentação diferente de pele, "bárbaro", indolen-
 te, pouco inteligente, estigmatizado e, portanto, próprio pa-
 ra ser escravizado.

Espoliados de seus direitos, até mesmo
 da liberdade e da vida, os escravos reagiram de muitas for-
 mas: desde o "banzo", o suicídio, a violência individual con

tra os senhores , até a reação coletiva. Na sociedade es
vagista, contudo, não havia possibilidade histórica de que a
rebeldia dos escravos pretendesse a transformação da sociedad
e.

As contradições, que foram uma constant
e no regime colonial, haveriam de se acentuar na disputa ent
re os consumidores e os monopolizadores e levariam a uma reb
elião no Maranhão, chefiada pelos irmãos Beckman. Pression
ados pela Companhia do Comércio do Maranhão e impedidos de
obter mão de obra barata, uma vez que a escravidão do indígen
a estava proibida, eles lideraram um movimento cuja finalid
ade era dupla: revogar o monopólio da Companhia e expulsar
os jesuítas. A reação, que era isolada, foi facilmente rep
rimida e sua liderança brutalmente eliminada.

A Guerra dos Emboabas não pode ser car
acterizada, também, como um movimento separatista, apesar
de todos os atos de violência que nela se desenrolaram. Emb
ora existindo frustração de ambos os lados, tanto da parte
dos paulistas, primeiros descobridores, quanto da parte dos
forasteiros, chamados emboabas, não houve uma conscientizaç
ão, na população, capaz de ser caracterizada como formação
de um movimento tal que abalasse a Colônia. O conflito, res
ultado da disputa pelo direito da exploração das terras, não
chegou a se configurar como uma quebra do pacto entre govern
antes e governados, apesar da violência entre os dois grup
os.

A Guerra dos Mascates, por sua vez, caracterizou-se como uma luta de classes na qual, proprietários rurais de Olinda e mascates de Recife se degladiaram. O que se poderia definir como um simples conflito de cunho bairrista, entre duas cidades que disputavam as preferências administrativas, no fundo, indicava a crise que a economia açucareira atravessava.

Em 1720, a Coroa criou as Casas de Fundição para recolher e fundir todo o ouro explorado evitando, desta maneira, o contrabando do ouro em pó. A primeira reação, tramada em Taubaté, cidade de São Paulo, eclodiria em Vila Rica, não fora a traição que levou seu líder, Felipe dos Santos, à morte. Os outros revoltosos tiveram as casas incendiadas e foram deportados.

A revolta de Vila Rica, apesar de todo o heroísmo, foi um movimento local e de pouca organização.

A outra reação mineira, mais importante pelas suas implicações políticas, foi a Inconfidência Mineira.

Na segunda metade do século XV, a mineração estava em decadência tornando difícil o pagamento dos impostos. O fator econômico, aliado às idéias libertárias que vinham da Europa e dos Estados Unidos, criaram um clima propício à conspiração que visava a emancipação da Metrôpo-

le, através de uma ação político-militar que pretendia o auxílio da população.

Entre os componentes da liderança revolucionária encontravam-se intelectuais, oficiais das milícias e uns poucos representantes de profissões liberais.

É difícil escrever sem emoção sobre a Inconfidência Mineira e mais difícil ainda se torna analisá-la objetivamente. Como movimento de libertação, ela foi prematura. Os princípios filosóficos defendidos, nem sempre aplicáveis à realidade brasileira, eram inspirados em Montesquieu, Rousseau e Jefferson. A falta de consciência ideológica, porém, não invalida o sacrifício dos inconfidentes nem obscurece os objetivos da sua revolução, mesmo porque a violência apenas tentada dos sediosos foi respondida com a violência da repressão cruel da Metrópole.

Todas estas manifestações contra as autoridades portuguesas limitaram-se a combater determinados aspectos do colonialismo ibérico, sem nunca chegar a propostas radicais de libertação do país. Elas jamais pretenderam contestar a dominação portuguesa como um todo; limitaram-se apenas a rebeliões de caráter local.

Os episódios de rebeldia não chegaram a tornar instável o jugo da Coroa, pois não havia, nem consciência política na população, nem abrangência por parte dos

atos violentos a mais de um grupo ou comunidade. As idéias revolucionárias, quando existiam, ficavam restritas a um grupo isolado territorialmente.

A idéia de independência foi um processo ideológico e político que se desenvolveria mais tarde, quando a consciência política evoluísse numa população já estruturada. É ainda Nelson Werneck Sodré quem afirma:

" O Brasil era dividido em áreas praticamente isoladas umas das outras. Os movimentos de rebeldia podiam ser batidos por parte. Nenhuma das partes estava em condições de enfrentar a Metrópole, isoladamente. "

(Sodré, 1979, p. 165/166)

A estabilidade política, segundo Lipset (1967), pode ser avaliada, como já foi visto, através da eficácia no seu conteúdo mais amplo, como a maneira pela qual o sistema satisfaz às funções básicas do governo, de acordo com o ponto de vista da maioria da população e dos grupos poderosos. Ela se configurou de maneira atípica no período colonial. O regime era o de dominação.

A população, representada por uma amalgama de raças, apresentava estratificação social clara. Existiam dois grupos nitidamente delimitados, entre os quais

flutuava um contingente menor e pouco caracterizado de escravos, mestiços, degredados, mascates e outros mais sem posição social definida. A classe dominante era a dos proprietários rurais, donos de engenhos ou das plantações aos quais cabia a primazia econômica, social e jurídica. Esta configuração social perdurou até o século XVIII, sem nenhuma mudança importante.

Tal população não seria capaz de reação organizada: os colonos porque, ricos proprietários rurais, auferiam prestígio e poder conferidos pela Metrópole; os escravos porque, reduzidos à condição de animais de carga, só reagiam em última instância e, enfim, a população flutuante porque, descaracterizada economicamente, não possuía representação social.

A legitimidade, apresentada por Lipset (1967) como o segundo aspecto da estabilidade política, é eminentemente avaliativa. Na sua obra O Homem Político, ele assim a define:

" A legitimidade envolve a capacidade do sistema para engendrar e manter a crença de que as instituições políticas vigentes são as mais apropriadas para a sociedade. "

(Lipset, 1967, p. 78)

Nos três primeiros séculos após o descobrimento, o absolutismo perfeitamente consolidado em Portugal refletia-se no Brasil, enquanto a política econômica mercantilista levava à necessidade de resguardar o território conquistado.

A Descoberta do Brasil e a sua subsequente colonização trouxeram a Portugal uma série de perplexidades. O resultado de todo este processo haveria de se refletir no desenvolvimento da Colônia.

Portugal não pensava em criar riquezas na Colônia, apenas em extrair as que fossem encontradas, atitude até estimulada pelo risco de ver sua descoberta explorada por nações concorrentes.

As dificuldades foram muitas. Além da extensão territorial que isolava o colono, a população primitiva e esparsa dificultava o comércio, principalmente aquele que os portugueses já haviam implantado, copiando o modelo das Índias. O esforço, porém, que lá havia sido feito, em pessoal e em materiais, não poderia se repetir na mesma escala no Brasil, uma vez que representava alto custo. Outro aspecto ainda devia ser considerado: na América, e não apenas no Brasil, não havia o que comerciar com os nativos. As populações primitivas só produziam o que consumiam. A alternativa seria extrair os recursos naturais colonizando o novo território e garantindo a sua posse. Houve, assim, necessi-

dade de dividir a terra, em faixas territoriais, a partir da costa até o meridiano de Tordesilhas e distribuí-la à pequena nobreza que, por sua vez, deveria explorá-la. Desta forma, D. João III transferia para a iniciativa privada o onus e a responsabilidade da exploração e colonização, uma vez que a Metrópole carecia de recursos para fazê-lo. O sistema não era novo; Portugal já o havia testado, com sucesso, nas ilhas do norte da África.

O ato de doação das terras era expresso pelas Cartas de Doação e pelos Forais, instrumentos jurídicos usados antes do estabelecimento do Governo Geral. Nas Cartas de Doação, a Coroa cedia o território e sua jurisdição civil e criminal a um "capitão" ou donatário. A doação era hereditária e inalienável, mas o donatário não gozava de direito direto sobre a terra. Enquanto os Forais vedavam a posse de mais de dez leguas de território, por outro lado, eram concedidos direitos quase reais aos donatários, expressos no monopólio de vários tributos: das marinhas, moendas de água e outros engenhos; da dízima do quinto pago à Coroa, do ouro e das pedras preciosas.

O fracasso das Donatárias levou ao estabelecimento do Governo Geral. A mudança do sistema marcou a retomada dos poderes que a Coroa havia delegado a particulares. E o instrumento que mudou o processo, o primeiro documento legal do novo sistema, foi o Regimento de Tomé de Souza. A empresa governamental deixava de ser particular para

se tornar oficial. As tarefas que o Regimento atribuía ao Governador Geral recompunham o poder da Metrópole. Entre elas se encontravam: o desenvolvimento do comércio interno, o direito de fundar povoações, o onus de zelar pela defesa, a prerrogativa de limitar as recompensas em títulos e moedas.

Todas as medidas políticas indicavam que Portugal não precisava manter a crença de que as instituições vigentes fossem as mais apropriadas para a sociedade colonial, pois, como nas demais colônias sul americanas, as atividades se organizavam em função das necessidades diretas da Metrópole, quer fosse ela Portugal ou Espanha.

A visão mercantilista do colonizador impedia que o Brasil se desenvolvesse internamente, uma vez que o país estava coagido a se restringir a atividades primárias de agricultura e mineração, vítima de monopólios comerciais e de uma legislação fortemente coercitiva. Não havia necessidade de justificativas. O que significasse rebeldia deveria ser punido de forma exemplar. Quanto mais cruel fosse a repressão, menos condições existiriam para que os atos de resistência se concretizassem. Tal era a maneira de pensar e de agir da Metrópole.

Mas a repressão não era apenas política e econômica, era social também. A ausência de escolas de nível superior tornava efetiva a violência simbólica. Sem liderança informada, sem contato com idéias de renovação e

liberdade, era difícil planejar uma revolução. A repressão contra aqueles que se insurgiam contra o regime era terrivelmente cruel.

Alguns séculos haveriam de passar até que existisse conscientização do povo, pois, apesar de toda rebeldia, amargura, humilhação e sofrimento, não emergiu uma ideologia contestadora. Todos os episódios de reação não passaram de fenômenos localizados, que não abalaram a estabilidade da Metrópole.

5.1.2 - Haverá estabilidade política quando os atos agressivos forem dirigidos para grupos minoritários ou outras nações.

Para provar a afirmativa foi escolhido o primeiro governo de Getúlio Vargas, de 1930 a 1945.

Entre as razões, por certo, não foi a de menor importância, a habilidade do Ditador em manipular pessoas e grupos. Com agudo senso de oportunidade e rara percepção para avaliar e dirigir pessoas, o "bruxo missionário", como alguns o chamaram, desviou a agressividade da nação brasileira para o comunismo, o integralismo e, finalmente, para os países do Eixo, durante a Segunda Guerra Mundial. Quando o autoritarismo do Ditador provocava a descrença no

povo, havia sempre uma situação salvadora, criada artificialmente ou oportunizada, para canalizar as frustrações contra algum inimigo.

Vargas assumiu o poder pelo movimento que ficou conhecido com o nome de Revolução de 30. Este movimento marcou um novo estilo de liderança e governo, apresentando uma verdadeira ruptura na política brasileira, resultado do consenso de grande parte da população, no sentido de que a estrutura da Antiga República fosse mudada.

As pressões que levaram a este acontecimento se originaram de duas fontes: a primeira, interna, representada por dissensões, tanto políticas como sociais; a segunda, externa, resultado de uma crise econômica de caráter mundial. O Brasil atravessava muitas mudanças político-sociais e, entre elas, as mais significativas eram: os problemas da cafeicultura, a politização sofrida pelos jovens das forças armadas e, finalmente, as divergências entre os grupos dominantes. Por outro lado, a crise econômica mundial que evoluíra desde a Guerra de 1914, aprofundara-se com as dificuldades que o capitalismo mundial atravessava e, de certa maneira, influenciara a mudança de liderança em vários países, entre eles o Brasil.

A maioria dos políticos brasileiros, entretanto, estava divorciada das necessidades nacionais e não percebia o descontentamento de grande parte da população

que se ressentia com as eleições controladas pelos "coroneis", com a corrupção administrativa e com as distorções sofridas pela Constituição. Entre aqueles que discordavam da política da Antiga República estavam os constitucionalistas que desejavam implantar os ideais liberais clássicos; os nacionalistas que defendiam a industrialização e a modernização; os jovens tenentes e os plantadores de café. Mas, apesar de tanto descontentamento que parecia cercar os políticos e a política da República Velha, a Revolução de 30 não foi totalmente popular, pois nela não se fez sentir o apoio da massa trabalhadora, nem o concurso de partidos políticos populares.

Vargas dominou o Brasil, primeiro, como presidente provisório, de 1930 a 1933; depois, como presidente eleito, de 1934 a 1937; e, afinal, como ditador, de 1937 a 1945. Ele governou sozinho por um período maior do que o exercido por qualquer outro presidente.

A pergunta se impõe com certa perplexidade: o que manteve Vargas tanto tempo no poder? E ainda: que fatores levaram o governo populista de Getúlio a uma tão longa estabilidade?

Para responder às indagações é necessário um breve exame de fatos que antecederam e sucederam à Revolução. É forçoso admitir que durante os quinze anos do governo getulista, tanto o Brasil como o mundo sofreram profun-

das alterações políticas, sociais e econômicas. Estas mudanças provocaram, de um lado, conscientização do povo; por outro, geraram diferenças maiores entre os países desenvolvidos e os chamados sub-desenvolvidos. Assim, a agressividade e a frustração se apresentaram como elementos da dinâmica social brasileira. Vargas trabalhou eficazmente estes sinais de desconfiança, descontentamento e revolta, conseguindo uma estabilidade política que não foi fruto do acaso, mas sim produto de habilidade política, reforçada por uma boa dose de sorte.

Conquistando o poder por meio de uma revolução que se opunha a valores políticos arcaicos, e que embora não tivesse tido caráter popular, de acordo com vários especialistas em análise política, Getúlio mudou a face do Brasil dividindo a história republicana em dois períodos: antes e depois de trinta.

Desde a segunda década do século, o Brasil vivia em constante agitação. As campanhas eleitorais, que se sucediam de quatro em quatro anos, sofriam manipulações políticas de toda ordem. Os partidos políticos possuíam estrutura estadual e só nominalmente poderiam ser nacionais, pois funcionavam segundo o interesse de oligarquias e grupos regionais. O descontentamento gerado por estas práticas, levou a reações que foram reprimidas com violências, prisões e exílio. À medida, porém, que a população urbana crescia e se conscientizava e as oligarquias se enfraque-

ciam, surgia uma classe média mais esclarecida que iria influir na política brasileira.

Até então o poder era dividido entre os Estados mais fortes: Minas e São Paulo, que constituíam a chamada política do "café com leite". O Presidente Washington Luís, paulista, fora o sucessor de Artur Bernardes, mineiro. Na alternativa da divisão do poder era a vez de Minas ser novamente agraciada, mas o presidente apoiou o paulista Júlio Prestes. Tal atitude desgostou os mineiros que indicaram um gaúcho, ex-Ministro da Fazenda e Governador do Estado, como candidato da oposição: Getúlio Dorneles Vargas.

A derrota de Vargas, nas urnas, gerou descontentamento, pois uma vez mais, levantou-se suspeição sobre o pleito. Os protestos atingiram o máximo quando o companheiro de chapa de Getúlio, João Pessoa, foi assassinado. Do Rio Grande do Sul partiu, então, a reação armada que gradualmente foi conquistando o país à medida que a posição do Presidente Washington Luís se enfraquecia. Finalmente, a conspiração atingiu os quartéis e, com o auxílio dos generais Tasso Fragoso e Mena Barreto e do almirante Isaias de Noronha, o presidente foi deposto. Uma junta militar assumiu o poder durante dez dias para depois entregá-lo a Getúlio. Estava iniciada a era de Vargas.

O governo provisório tratou primeiro de sufocar as resistências oferecidas por políticos insatis-

feitos.

Apesar de quase toda a unanimidade nacional, em torno de Getúlio e de sua revolução vitoriosa, já em 1932, ele foi obrigado a resolver o primeiro confronto com uma oposição nascente. O descontentamento surgiu primeiro em São Paulo e no Rio Grande do Sul, como uma consequência da demora em se reconstitucionalizar o país. Enquanto os tenentes se opunham a uma democratização por meio das eleições, outros setores da nação observavam apreensivos o não cumprimento das promessas que haviam sido feitas.

A 9 de julho de 1932, São Paulo iniciou uma rebelião armada que recebeu a denominação de Revolução Constitucionalista e que gozou do apoio de Minas e do Rio Grande do Sul.

Alzira Vargas do Amaral Peixoto, na busca de uma explicação para a reação surgida, assim se expressou a respeito do primeiro ano do governo de seu pai:

" Que tinha ele feito de bom e de ruim?
Abordara o problema do saneamento econômico e financeiro; concedera anistia; instalara a Comissão Legislativa para estudar a reforma dos códigos brasileiros, antiquados ou inadaptados ao Brasil; nomeara a Comissão para elabo-

rar o projeto de reforma eleitoral, para que se pudesse, sob novo sistema, e_leger os Constituintes, futuros autores da nova Carta Magna; criara mais dois Ministérios, o do Trabalho, Indústria e Comércio e o de Educação e Saúde. "

(Amaral Peixoto, 1960, p. 77)

Ainda assim a Revolução Constitucionalista eclodiu, embora ficasse circunscrita apenas ao Estado de São Paulo, uma vez que as adesões esperadas não se efetivaram.

Vencida a insurreição e presos e deportados os seus promotores, a paz deveria voltar à Nação. A consequência, porém, não foi esta. O movimento constitucionalista fora reprimido com sangue e, por isso, a situação traumática não seria esquecida.

Cumprindo parte do que prometera, Vargas realizou a 3 de maio de 1933, as eleições para a Assembléia Constituinte e, a 15 de novembro do mesmo ano, ela foi instalada. Mas foi esta mesma Assembléia que, invertendo a ordem dos trabalhos, conseguiu, numa manobra política, eleger o Presidente antes de promulgar a Constituição. A partir deste momento ficou ameaçado o pacto entre governantes e

governados, e o controle, gradualmente, passou a fugir das mãos do Presidente.

A 16 de julho de 1934, foi promulgada a segunda Constituição republicana. Vargas tentara influir na sua elaboração, por intermédio do líder da maioria Raul Fernandes e, também, através da bancada riograndense, mas não fora bem sucedido. Paul Frischauer, na sua obra Presidente Vargas, afirma que Getúlio se considerava o primeiro revisionista da Carta de 1934. Para Getúlio os pontos fracos apresentados seriam:

" ... a falta de unidade técnica e doutrinária do estatuto institucional, a incoerência com que adotava, em certos casos, normas reacionárias e, em outros, princípios por demais avançados, incompatíveis com o nosso estágio cultural. "

(Frischauer, 1944, p. 314/315)

Pouco a pouco, à medida que se enfraqueciam as motivações que haviam gerado o movimento de 30, surgiam outras forças políticas. Duas, entre elas, tiveram papel importante na história brasileira, servindo ao mesmo tempo de válvula de escape da agressividade do povo e de instrumento para o Presidente manifestar o seu poder. Uma delas, a Aliança Nacional Libertadora (ANL), congregava sob sua

sigla, socialistas e revolucionários históricos; a outra, evoluíra desde 1932, e representava o radicalismo da direita encarnado no seu chefe, Plínio Salgado.

Em 1935, antes mesmo que a Aliança Nacional Libertadora fosse estruturada, o Congresso começou a levantar a problemática da infiltração comunista naquela organização. A presença de Luís Carlos Prestes liderando o movimento, reforçava tal concepção. Em março, como medida preventiva, para evitar a conquista do poder pelos comunistas, a maioria do Congresso, liderada por Raul Fernandes, fez passar uma Lei de Segurança Nacional, que garantia ao Governo Federal poderes especiais de ação.

O pretexto para desencadear a repressão foi fornecido pelo próprio Luís Carlos Prestes que, por ocasião do aniversário da Revolução do Forte de Copacabana, pronunciou violento discurso contra Vargas. A resposta foi imediata. A sede da Aliança sofreu invasão, os documentos foram confiscados e os líderes esquerdistas, presos. Durante seis meses a Aliança esteve fechada.

O entusiasmo que havia levado Vargas ao poder estava terminando e um dos fortes motivos para tal residia na ausência de uma autêntica mudança estrutural. Alzira Vargas descreveu as mudanças ocorridas naquele período da seguinte maneira:

" As complicações políticas tinham crescido em número e diminuído em categoria. O caos reinante era de molde a inspirar preocupações às autoridades constituídas. Todos se achavam com o direito de mexer no efervescente caldeirão. E, enquanto isso, alguns Estados continuavam, ainda, apenas semi-constitucionalizados. Dentro do bloco revolucionário, as fissuras começaram a se transformar em cisões de envergadura. Foram, infelizmente, muito poucos os líderes que resistiram ao teste de democracia. Esqueceram 1930 e sucumbiram às mais variadas tentações, sendo a pior delas a falta de confiança e fé nos ideais que haviam pregado com tanto ardor. "

(Amaral Peixoto, 1960, p. 168)

Diante da diminuição do seu prestígio, Vargas aceitou o pretexto que a esquerda lhe oferecia e deslocou sobre ela todas as frustrações experienciadas pela Nação.

" Nessa altura, a ala revolucionária do Partido Comunista, que havia rejeitado a tática de frente popular, pedindo,

em seu lugar, um levante armado, funcionava com tal perfeição nas mãos de Vargas, que muitos participantes, mais tarde, concluíram que esses acontecimentos eram planejados por agentes do governo, infiltrados tanto na Aliança Nacional Libertadora quanto no próprio Partido Comunista. "

(Skidmore, 1976, p. 43)

Quando, finalmente, em novembro de 1935, um levante comunista irrompeu nos quartéis de Natal e Recife, e depois no Rio, surgia a justificativa para a repressão da esquerda e para o fortalecimento do poder de Vargas. Os congressistas aprovaram o estado de sítio e três emendas constitucionais: uma, ampliava os poderes temporários de emergência do Presidente; outra, autorizava a demissão de qualquer funcionário público, e a última, dava a Vargas o controle das promoções e remoções dos militares.

A repressão ao marxismo foi violenta. Uma onipresente aparelhagem político-militar investigou, prendeu e torturou a liderança comunista, eliminando toda a resistência. Políticos, militares, estudantes e membros do Congresso, foram reduzidos ao mesmo denominador, vítimas do arbítrio do Presidente.

Contudo não estavam ainda esgotadas to

das as possibilidades de Getúlio se servir da esquerda para solidificar seu governo.

Os anos de 36 e 37, deveriam ser os de preparação para a eleição presidencial de 1938. Vargas, que estava impedido pela Constituição de ser reeleito, abstinha-se de apoiar tanto Armando Sales de Oliveira, quanto José Américo de Almeida e mais tarde, um terceiro candidato, Plí-nio Salgado. O grupo palaciano, porém, defendia a idéia da permanência de Getúlio, como chefe do governo, na certeza de ser esta a única solução para evitar posições radicais.

A razão maior para o golpe que iria gerar o Estado Novo, não se fez demorar. Ela se materializou num documento cuja autenticidade, até hoje, é discutível: o Plano Cohen. Nunca ficou comprovada a veracidade do plano que traçava as linhas para um levante comunista, mas dele se aproveitou Getúlio para reprimir, com violência, a esquerda. O Congresso, diante da pressão do Presidente, votou o "estado de sítio".

A 10 de novembro de 1937, a Câmara e o Senado foram fechados e instalou-se o Estado Novo. Vargas passava de Presidente Constitucional a Ditador.

Uma nova Constituição, inspirada em moldes fascistas da Itália e da Polônia, foi decretada, concedendo a Vargas poderes autocráticos. Os partidos políti-

cos foram abolidos. Vargas, usando de dialética, afirmou em Porto Alegre que não fora seu decreto que dissolvera os partidos, mas eles próprios haviam esgotado a sua essência como organismos ultrapassados e divorciados da realidade brasileira. Foi criado o Tribunal de Segurança e a censura da Imprensa se fez sentir sobre todos os meios de comunicação.

Mas embora a repressão ao comunismo tivesse proporcionado a Getúlio uma maneira de afastar de si e de seu governo a agressividade do povo, o pessimismo em torno da democracia brasileira crescia pública e privadamente. Nesta atmosfera os integralistas iriam oferecer mais um motivo para o Presidente reforçar a sua posição.

A Ação Integralista Brasileira, fundada em outubro de 1932, representava a outra força ideológica emergente no país e se achava marcada pelo radicalismo da direita.

Hilton (1977), assim comenta a relação de Vargas com o integralismo:

" Os dados concretos sobre a relação entre Vargas e o integralismo são escassos, e tendem a ser indiretos. Ele e Salgado não se conheceram até os últimos meses de 1937, mas tinham amigos comuns e, segundo fonte bem informada,

quando Ronald de Carvalho, o poeta nacionalista, assumiu o cargo de secretário particular de Vargas no começo de 1934, o integralismo ganhou um representante dentro do Palácio do Catete. O anticomunismo parece ter sido a ligação vital entre Vargas e os camisas-verdes. "

(Hilton, 1977, p. 40)

O integralismo recebeu, de início, a complacência do Governo como uma alternativa para diminuir a influência do comunismo.

Mas nem tudo era favorável ao novo partido. Houve, por exemplo, oposição como a que foi concretizada no artigo da Lei de Segurança Nacional que autorizava apenas os Estados a manterem milícias, contrariando o desejo dos integralistas de possuírem idêntica organização.

Alguns governadores também reagiram ao crescente prestígio do partido dos "camisas-verdes" e entre eles, de maneira especial, o da Bahia, Juracy Magalhães.

Quando, finalmente, na noite de 11 de maio de 1938, foi assaltado o Palácio do Catete, os integralistas forneceram, com este golpe fracassado, mais um meio da ditadura sobreviver.

Ao terminar o ano de 1938, a posição de Getúlio parecia muito sólida. Havia aumentado seu espaço político lutando contra os comunistas e os integralistas. Criara, com a Constituição de 1937, um instrumento legal que legitimara seu estilo político. Vencera a conspiração de ex-companheiros como Flores da Cunha e controlara a desilusão de Osvaldo Aranha que sentia cada vez mais longe de si a oportunidade de suceder a Vargas. Mas o Presidente teria ainda, para sobreviver, de resistir às pressões externas que se tornavam mais fortes à medida que a Segunda Guerra Mundial se desenvolvia.

Getúlio relutou muito em se posicionar em relação ao conflito. O Brasil mantinha relações comerciais com os países do Eixo: adquiria armamentos da fábrica alemã Krupp e comprava submarinos dos italianos. Interesses econômicos como os que foram apontados, unidos a outros de ordem política, conservaram o Brasil neutro até agosto de 1942, quando a guerra foi declarada contra a Alemanha e a Itália.

Uma vez mais o descontentamento do povo sofria uma catarse, direcionada, desta feita, para fora do país. Seu efeito duraria até outubro de 1945 quando Vargas foi afastado do poder.

A rápida análise do primeiro governo de Getúlio Vargas mostra que, apesar das frustrações sofridas

das pelo povo, existiu estabilidade política, pois a violência foi canalizada em direção a "bodes expiatórios".

Lipset aponta como fatores geradores de estabilidade a eficácia e a legitimidade, e Huntington, a participação e a institucionalização.

A definição de Lipset para eficácia é a que se segue:

" A eficácia significa o desempenho real, a medida em que o sistema satisfaz às funções básicas de Governo, tal como a grande maioria da população e poderosos grupos nela abrangidos (seja as grandes empresas comerciais ou as forças armadas) as encaram. "

(Lipset, 1967, p. 78)

Vargas começou seu governo com a participação de grande parte do povo brasileiro: militares, industriais, donos de terras, trabalhadores urbanos e uma emergente classe média. Nos meses que se seguiram à revolução, diante dos grandes poderes enfeixados nas mãos do presidente, cresceram as suspeitas de que não havia interesse na cúpula revolucionária em sanear o sistema eleitoral e instaurar um regime democrático.

A primeira reação, e reação armada, surgida em São Paulo demonstrou que não havia mais a confiança e o entusiasmo inicial que cercara o movimento de 30. Os dois outros protestos, menores e abortados, mas impregnados de ênfase ideológica, forneceram a justificativa para Vargas implantar um Estado repressivo. A classe média emergente, condicionada com o auxílio da propaganda estatal, preferia aceitar a Ditadura a enfrentar as incertezas do regime comunista. As frustrações do povo foram habilmente transferidas e transformadas em agressão contra o comunismo e o integralismo.

A legitimidade, o segundo fator apontado, pode ser considerado como o grau em que o sistema é aceito pelos seus membros. Definindo melhor:

" A legitimidade envolve a capacidade do sistema para engendrar e manter a crença de que as instituições políticas vigentes são as mais apropriadas para a sociedade. "

(Lipset, 1967, p. 78)

Duverger se manifesta da seguinte forma sobre a legitimidade:

" Num governo legítimo, os cidadãos obedecem naturalmente, de qualquer modo;

a coação ou a ameaça desempenham apenas um papel secundário, relativamente a alguns recalcitrantes, ou em circunstâncias excepcionais. Em face de um governo ilegítimo, pelo contrário, os cidadãos são naturalmente levados a recusar a obediência; não cedem se não forem coagidos e forçados. A violência e a ameaça tornam-se então as únicas bases do poder; este é muito mais fragil, a despeito das aparências. O caráter ilegítimo leva pois os governos a serem muito autoritários, muito duros: donde a violência das ditaduras. "

(Duverger, 1972, p. 220)

Getúlio obteve o poder através de uma revolução que cedo foi transformada. Grande parte da população havia questionado as estruturas sociais da Velha República e aceito as novas forças vitoriosas. Faltou, porém, ao Estado Novo, uma ideologia formal embora não faltassem aqueles que, para defendê-la, usaram de princípios ideológicos. Quando se romperam os laços entre governantes e governados foi necessário buscar motivações para fazer o povo aceitar a Ditadura.

Aos poucos Getúlio enfeixou amplos poderes nas mãos. Além do decreto que dava ao governo o direi

to de exercer o poder executivo e também a autoridade legislativa (até que se estabelecesse a reorganização constitucional do país), todas as entidades legislativas, do Congresso Nacional às câmaras municipais, foram abolidas. Nos Estados criou-se a figura do interventor que possuía plenos poderes executivos e legislativos e ficava diretamente subordinado ao chefe do governo provisório da União.

Todas as tentativas para redemocratizar o país e para legitimar a revolução foram habilmente controladas. A Constituição de 1934 foi logo contestada pelo presidente que se julgava "o seu primeiro revisor". Em 1937, com o Estado Novo, Getúlio passou a deter um poder tão amplo como nenhum outro presidente antes dele possuía. Sua justificativa nos vem através de Alzira quando ela nos transmite as idéias do pai:

" O golpe de 10 de novembro foi justamente para evitar qualquer movimento eleitoral que só poderia nos prejudicar nesta ocasião, e me perguntas pelo plebiscito? Não te passou ainda pela cabeça que os dois únicos partidos de âmbito nacional existentes no Brasil têm suas origens fora do Brasil: o comunista e o integralista? "

(Amaral Peixoto, 1960, p. 372)

A participação, outra característica da estabilidade, no movimento de 30 começou com o ímpeto patriótico que agitou a nação. Embora não fosse "popular", a revolução mobilizou a classe média emergente, os jovens tenentes, industriais e donos de terras. Mas tal participação foi efêmera e o pouco que dela permaneceu resultou do receio de que a liberdade fosse ameaçada pelo comunismo e pelo integralismo. O Estado Novo foi uma saída autocrática para a in-experiência política do brasileiro: não gerou nenhum partido político.

A repressão violenta uniu sob o mesmo rótulo de subversivos, militares rebeldes como Luís Carlos Prestes e Agildo Barata, congressistas como João Mangabeira e intelectuais como Anísio Teixeira.

O Estado Novo sufocou a criatividade intelectual através da censura e da propaganda oficial, desenvolvendo uma brasilidade dirigida que, apesar de todo o comprometimento, promoveu a unidade nacional.

No governo de Vargas houve frustração do povo, mas a agressividade não chegou a se configurar em instabilidade. Este fato resultou de uma interação de fatores entre os quais é imperioso citar a habilidade extraordinária de Vargas em manipular fenômenos políticos e pessoas. É assim que Skidmore retrata este traço tão raro:

" A despeito da sua imodéstia, Vargas tinha razão ao apontar o seu conhecimento magistral da psicologia brasileira como um dos seus grandes trunfos políticos. Pessoas que visitaram o Brasil durante o Estado Novo, como o jornalista John Gunther e o perito constitucionalista Karl Loewenstein, ficaram fascinados pelo modo com que o domínio político de Vargas era, em parte, baseado na sua capacidade camaleônica de personificar o caráter nacional. "

(Skidmore, 1976, p. 61)

Resta ainda examinar o último dos fatores da estabilidade: a institucionalização. Huntington (1972) defende a tese que a instabilidade resulta do desequilíbrio entre as mudanças sociais e políticas rápidas confrontadas com uma institucionalização lenta. O equilíbrio é uma prerrogativa dos países com consenso, comunidade política e instituições sólidas. Huntington aponta como características destes países: "... burocracia eficiente, partidos políticos bem organizados, alto grau de participação popular nos assuntos públicos, sistemas eficazes de controle civil sobre os militares, importante ingerência do governo na economia e meios para controlar o conflito." (Huntington, 1972, p. 13).

O Estado Novo modificou de forma irre-

versível tanto a administração quanto as instituições políticas. As relações entre o poder estadual e o federal se transformaram para fortalecer este último. O crescimento do Executivo gerou inovações institucionais que fortaleceram, também, o poder pessoal de Vargas. Muitas das funções administrativas dos governos municipais e estaduais foram transferidas para a esfera federal, hipertrofiando-a e cerceando a autonomia dos Estados. Assim, algumas vantagens estaduais, como negociar diretamente com o estrangeiro ou gerir negócios das áreas de educação e do trabalho, passaram para a área federal.

Na esfera econômica os Estados ficaram privados de uma das maiores fontes de renda: o imposto interestadual.

A criação de órgãos como o DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público), que institucionalizou a burocracia, e o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), que fez o mesmo com a propaganda oficial, foram instrumentos que permitiram governar o país diante das transformações sociais e políticas que ele estava atravessando.

Não resta dúvida, porém, que o melhor recurso que Vargas utilizou para conservar seu poder foi o de desviar a agressividade e as frustrações do povo para "bodes expiatórios" e manter, desta forma, a estabilidade de seu governo.

5.1.3 - Haverá estabilidade política quando a sociedade for participante e nela existirem soluções positivas eliminadoras das frustrações ou a possibilidade destas soluções existirem.

A escolha de uma época, dentro da história brasileira, que pudesse exemplificar a proposição acima, não foi fácil. Na verdade, nossos períodos de calma foram raros, principalmente aqueles em que o povo, mobilizado em torno de soluções positivas, pudesse eliminar as suas frustrações ou encontrar situações compensadoras para os seus problemas. A instabilidade, ao contrário de se constituir numa situação atípica, tornou-se um fenômeno comum.

Para melhor exemplificar a afirmativa proposta, escolheu-se o governo Kubitschek. As razões são várias e, entre elas, há que se citar o consenso de muitos autores que estão estudando a política brasileira contemporânea.

Thomas Skidmore, na obra em que analisa a política brasileira, de Getúlio Vargas a Castelo Branco, assim se refere ao governo Juscelino:

" O sucesso da política econômica de Kubitschek foi o resultado direto de seu sucesso no sentido de manter a estabi-

lidade política. Ele foi capaz de manter isso apenas por um tour de force político. O segredo residia na marcante habilidade de Kubitschek em encontrar alguma coisa para cada um, enquanto evitava qualquer conflito direto com seus inimigos. Este estilo político não envolvia mudanças fundamentais. Pelo contrário, Kubitschek se utilizava do próprio sistema a fim de ganhar apoio — ou em muitos casos "ajeitando" a oposição — para os seus programas. "

(Skidmore, 1976, p. 207)

Examinando o Governo Kubitschek, Jordan Young (1973) afirma que apesar da inflação, houve estabilidade política. Comentando as próprias palavras de Juscelino, Jordan afirma que o Presidente, em discurso proferido no dia 1º de janeiro de 1957, após um ano do início de seu governo, assegurou que "a estabilidade política tinha voltado ao Brasil." (p. 48).

Para Abelardo Jurema (1978), embora Juscelino tivesse dificuldades na área militar, ele:

"... superpôs-se às questões políticas, cortou alto, formou seus grupos

de trabalho, lançou suas metas, envolveu toda a Nação no otimismo do futuro e lançou para o povo brasileiro a sua legenda de Governo: 50 anos em cinco! "

(Jurema ,1979, p. 45)

Miriam L. Cardoso (1977), ao examinar a política desenvolvimentista do Presidente Kubitschek, é da opinião que foi esta mesma política que possibilitou a estabilidade do governo.

Finalmente, Maria Victória de Mesquita Benevides (1976) examina a estabilidade do período em questão através de três temas: os partidos políticos, o papel dos militares e o papel do Executivo.

Mas o consenso não esgota todas as possibilidades de análise; por isso, é preciso buscar outras razões para a escolha.

O segundo motivo reside no fato de Juscelino ter sido, em trinta e quatro anos, o único Presidente civil que, eleito, chegou ao fim de seu mandato.

A última razão da escolha deve-se ao fato de Juscelino, através de sua ideologia desenvolvimentista, ter oferecido à Nação a possibilidade de serem encontradas soluções positivas para as situações frustrantes, embora

nem todas elas tenham sido resolvidas em seu governo.

Por alguns poucos anos, um sopro de renovação e esperança atravessou o país, de norte a sul, fazendo crer que o lema "cinquenta anos em cinco" seria realmente possível.

Formulamos a hipótese de que, a toda frustração corresponde uma agressão a qual, sendo continuada, pode se tornar sistêmica. Embora tal fato se concretize, ainda assim, haverá estabilidade política quando a sociedade for participante e nela existirem soluções positivas, eliminadoras da frustração ou possibilidade destas soluções existirem.

Aplicando-se o modelo teórico à situação concreta provar-se-á a afirmativa.

Houve frustração sistêmica no Governo Kubitschek? Para aliviar as tensões geradas que soluções positivas existiram?

Pode se afirmar que as tensões políticas e sociais começaram antes mesmo de Juscelino assumir o governo.

A Nação, traumatizada com o suicídio de Vargas, em agosto de 1954, e com os acontecimentos que prece

deram ao gesto desesperado do Presidente, assistiu a uma série de manobras para impedir a candidatura de Kubitschek. A solução legalista pregada por Afonso Arinos defendia a tese da maioria absoluta; por outro lado, Carlos Lacerda pregava a violência defendendo um estado de exceção e para tanto confiava nos militares jovens. O próprio partido de Juscelino, o PSD, se achava dividido por disputas internas, e a aliança com o PTB, que garantira a Vice-Presidência aos seguidores de Vargas, trazia no seu bojo uma forte carga dramática de descontentamento tanto para os políticos pessedistas como para os opositores udenistas. Após sua vitória nas urnas, Juscelino teve a própria posse ameaçada e, para que pudesse assumir, o estado de sítio foi declarado.

Empossado a 31 de janeiro de 1956, Juscelino começou a aliviar as tensões acabando com a censura da imprensa e suspendendo o estado de sítio. Mas, em fevereiro, o major-aviador Haroldo Coimbra Veloso e o capitão José Chaves Lameirão provocaram uma rebelião no norte do país que, entretanto, logo foi sufocada. Já no dia 1º de março era concedida aos revoltosos, por ato presidencial, anistia ampla e irrestrita.

Juscelino lutou durante todo o seu governo contra a inflação. No dia 12 de março foi concedido aumento salarial ao funcionalismo público. A medida logo foi acompanhada por aumento de preço dos gêneros de primeira necessidade. Em maio, quando as passagens foram majoradas em

60%, o povo ateou fogo nas estações dos subúrbios e danificou os trens. A situação tomou tal vulto que, no dia 31 de maio, os tanques foram às ruas para garantir a ordem e, em junho, os estudantes, em solidariedade, entraram em greve de uma semana. O movimento obteve sucesso apesar do cerco da UNE.

Parte da imprensa, principalmente daquela ligada a Lacerda, criticava e pressionava Juscelino. Em setembro, o governo apreendeu o primeiro número da revista Maquis que transcrevera um manifesto de Lacerda, publicado num número do jornal Tribuna da Imprensa cuja edição fora retirada das bancas.

Duas greves de marítimos, uma de caráter nacional e outra em Santos, de caráter regional, ainda agitariam o governo no fim de 1956.

A tensão inicial do ano de 1957 teve origem no protesto dos cafeicultores contra a Instrução 70, da SUMOC, que estava em vigor desde 1953. "A insatisfação causada pelo sistema de "confisco cambial" foi melhorada em altas periódicas nos "bonus" pagos aos exportadores". (Skidmore, p. 209).

Na área política a questão do voto do analfabeto e o episódio de Alagoas criaram dificuldades a Juscelino.

Por volta de setembro as pressões econômicas atingiram o seu clímax quando o governo informou da necessidade de se imprimir 2,6 bilhões de cruzeiros novos. Em consequência da inflação, a renda anual per capita do brasileiro foi calculada em 165 dólares, ao passo que a dos norte-americanos era de 2.020 dólares.

Como resultado da política econômica a inquietação social aumentou, principalmente, na área trabalhista. Os operários das fábricas têxteis entraram em greve reivindicando aumento de 35%. Outras greves surgiram após esta: a dos trabalhadores da indústria açucareira, que foi logo contornada; a dos funcionários de bancos, que pediam aumento de 30%; e, no dia 14 de outubro, a deflagrada por milhares de operários de várias indústrias. Trabalhadores das indústrias têxteis, metalúrgica, tipográfica e de produtos da polpa de papel entraram em greve exigindo 45% de aumento. A greve terminou dia 24, mas o percentual obtido foi de 25%.

O ano de 1958 começou com uma greve nacional dos marítimos e haveria de apresentar muitas outras pelos meses seguintes.

Em agosto, a visita de Foster Dulles foi acompanhada de manifestações hostis da UNE.

Enquanto a situação social, provocada

pela inflação, criara dificuldades para uma tentativa de política de contenção salarial, uma seca prolongada no Nordeste aumentou ainda mais as frustrações do povo.

O ano de 1959 foi assinalado por acontecimentos pouco tranquilizadores no combate à inflação. O aumento salarial concedido aos funcionários públicos e aos militares, na percentagem de 30%, foi acompanhado de um pronunciamento de Juscelino sobre as restrições orçamentárias e a austeridade que seriam as medidas a serem tomadas, dali por diante, pelo seu governo.

Mas, apesar de todas as boas intenções, a 6 de setembro o custo de vida já tinha aumentado em 33,7% e, em fins de novembro alcançaria 50%. Esta situação se agravou com as inundações no Rio Grande do Sul e com a seca no Nordeste provocando escassez de alimentos. Este fato, acrescido de manobras pouco recomendáveis por parte dos comerciantes, gerou inquietação social, principalmente no Nordeste, através das Ligas Camponesas. Para evitar o estocamento de alimentos as Forças Armadas distribuíram carne aos açougues e feijão preto aos varejistas do Rio de Janeiro e São Paulo.

O aumento acelerado dos preços provocou greves entre os operários que não podiam acompanhar, com seus salários reduzidos, a espiral inflacionária.

Os estudantes também se mostravam inquietos e faziam oposição à política econômica de Roberto Campos.

A inquietação no país ainda não terminara. Em dezembro, eclodiu uma revolta em Aragarças liderada por oficiais da FAB. Ela não durou mais que 36 horas e não mereceu apoio popular.

O último ano do governo Kubitschek foi assinalado por dois fatos importantes: a inauguração de Brasília e a campanha eleitoral. A inflação não apresentou progressos mas, de certa forma, foi a responsável por duas greves rápidas, porém, de certa importância: uma dos estivadores e outra dos operários das empresas de transporte.

Finalmente, em outubro, Jânio Quadros conseguiu uma vitória dramática nas eleições, obtendo 48% dos votos e se tornando o único presidente da oposição que se elegeu e foi empossado.

Em janeiro de 1961, Juscelino transmitiu a faixa presidencial a Jânio Quadros. Seu governo, agora, passava a ter o julgamento e a interpretação dos que o sucederiam e das gerações futuras.

Muitos dos fatos analisados mostram que no governo Kubitschek houve frustração sistêmica, uma vez que ela vinha evoluindo de governos anteriores.

Tentando completar e enriquecer a resposta da questão inicial, outros fatores responsáveis pela instabilidade política devem ser abordados.

Entre outros elementos influenciadores há que destacar, pela importância, o econômico ainda que, de certa maneira, ele já tenha sido abordado de forma indireta através das frustrações que ocasiona.

Um aspecto do desenvolvimento econômico é a industrialização. Ela gera necessidades sociais que podem ser discrepantes em relação às satisfações sociais.

O governo Kubitschek teve, na sua rápida industrialização, uma das características mais vigorosas. No seu plano quinquenal Juscelino deu prioridade à implantação de indústrias. Entre 1955 e 1961, a produção industrial cresceu 80%. O crescimento per capita efetivo no Brasil, na década de 1950, foi aproximadamente três vezes maior do que o do restante da América Latina.

A estratégia de Juscelino, que pode ser caracterizada como um nacionalismo desenvolvimentista, foi essencialmente pragmática, escalonando-se numa série de metas que, embora não fossem rígidas, visavam, de maneira dirigida, o crescimento das indústrias de base.

Mas, paradoxalmente, a industrializa-

ção que traz dinamismo ao país e gera empregos, também provoca desejos sociais que nem sempre podem ser satisfeitos. Um exemplo desta afirmativa encontramos na indústria automobilística que se iniciou com Juscelino. Ela criou empregos mas, igualmente, provocou necessidades bem difíceis de serem satisfeitas por grande parte da população.

O programa econômico com o tempo começou a demonstrar a sua fragilidade pois estava baseado em financiamentos, principalmente os obtidos no exterior, e logo houve desequilíbrio entre os pagamentos e o esgotamento dos lucros das importações.

A inflação resultante do processo levou a efeitos distorcidos na poupança e nos investimentos privados desnorteando diversos setores e classes que foram pressionados a ajustarem constantemente suas rendas face ao aumento dos preços.

Huntington aponta ainda como causa da violência e da instabilidade política, a rápida mudança social (modernização) junto ao lento desenvolvimento das instituições políticas. Multifforme no aspecto psicológico, ela implica numa mudança fundamental nos valores, atitudes e expectativas. No governo Kubitschek tais mudanças não foram profundas como aconteceu no primeiro governo Vargas; não houve ruptura como a que se verificou em 1930.

Outros fatores além da modernização podem provocar a instabilidade. Eles serão questionados quando a segunda interrogação for respondida.

Para aliviar as tensões geradas, que soluções positivas existiram?

Após o retrospecto histórico, a estabilidade do governo Kubitschek seria discutível se nos detivéssemos apenas nas crises e conflitos que Juscelino teve de enfrentar. Mas a estabilidade política não depende de um único fator; resulta sim, de uma interação de fatores, principalmente os políticos. Entre eles há que citar, a eficácia e a legitimidade, de acordo com Lipset, e a participação e a institucionalização, com Huntington.

No período em foco a eficácia funcionou como um instrumento eliminador de tensões, confundindo-se até mesmo com o desenvolvimento econômico. Apesar da inflação descontrolada, da insatisfação em algumas áreas políticas, da aceleração do progresso econômico e social, criou-se uma série de expectativas no povo.

O entusiasmo do Presidente era contagiante. Provocou um rápido desenvolvimento industrial, convencendo a cada facção do poder que todos teriam tudo a ganhar e nada a perder.

O outro fator político, a legitimidade, que diz respeito ao pacto firmado entre governantes e governados, pode ser definido como a possibilidade do sistema criar e manter a crença de que as instituições políticas vigentes são as mais adequadas à sociedade. Durante a era juscelinista, a legitimidade se manifestou no consenso do voto. É preciso lembrar, entretanto, que mesmo com eficácia razoável, a legitimidade pode ser prejudicada se as prerrogativas dos grupos dominantes forem ameaçadas ou se o acesso à política for negado aos grupos emergentes.

Juscelino governou com o auxílio dos partidos políticos (pelo menos dois dos três mais importantes), do Congresso e do Exército. Ele fora eleito por uma aliança PSD-PTB, na qual o primeiro dos dois partidos era o seu e o segundo, ele atraiu, convidando João Goulart, herdeiro político de Vargas, para compor sua chapa, como Vice-Presidente da República. A aliança funcionou bem durante o governo Kubitschek e só haveria de se enfraquecer no final do período governamental por causa das peculiaridades regionais do PTB e pela disputa à sucessão.

A UDN, o terceiro grande partido, em minoria no Congresso, chefiava a oposição. A estratégia usada pela oposição, apesar de sua linha legalista, foi a de tentar um golpe anti-governista mobilizando, para tanto, a classe média e os militares. Tal radicalização, porém, não se verificou uma vez que o estilo do Presidente mostrou-se efi-

caz para protegê-lo. Sua ideologia desenvolvimentista agradava aos grupos mais conservadores, interessados na manutenção do status quo.

O apoio das Forças Armadas foi imprescindível ao governo de Juscelino e se efetivou de maneira clara através do auxílio, força e cooperação do Ministro da Guerra: o general Lott. Foi ele quem esvaziou as crises político-militares e manteve um entendimento fácil entre os militares e o Presidente. Por outro lado, Juscelino procurando, por intermédio de uma série de estratégias, manter seu prestígio junto à classe, atendeu reivindicações salariais e pedidos de aquisição de equipamentos.

Resumindo, a legitimidade do governo Kubitschek foi garantida pelo voto popular e sancionada pelas classes dominantes: os partidos políticos (PSD-PTB), as classes produtoras e as Forças Armadas.

Outro fator político, a participação, merece ser analisado para que a estabilidade do governo de Juscelino seja compreendida. Vale a pena lembrar que quem produz a instabilidade não é a pobreza mas sim o esforço, muitas vezes inútil, para escapar a ela. O povo se sente compensado quando há um sentido para a privação e se existe uma esperança de participação. Tal foi a proposta de Juscelino à Nação. Toda a temática de seu governo concentrou-se em torno do desenvolvimento como uma possibilidade de valorizar

o homem. Confundindo segurança com desenvolvimento o Presidente procurou afastar o subdesenvolvimento que, para ele, significava instabilidade e subversão.

A autorização pelo Congresso para mudar a Capital proporcionou a Juscelino um símbolo de sua política desenvolvimentista concretizada na nova capital Brasília.

A estabilidade do governo foi garantida pelo desenvolvimentismo nacionalista que, de um lado, agradava à classe industrial, livre da ameaça de uma intervenção do Estado, e por outro, trazia à classe trabalhadora a possibilidade de melhorar suas condições econômicas, colaborando com o seu esforço para o progresso econômico do país.

Igualmente, para as Forças Armadas, a ênfase no desenvolvimento econômico era tentadora, uma vez que oferecia infra-estrutura à segurança nacional.

Para a "esquerda", embora não fosse tranquilizadora uma política econômica que incentivava a penetração do capital estrangeiro, ainda assim, significava uma hipótese menos assutadora que as preconizadas pela "direita reacionária".

A construção de Brasília, que foi o símbolo do governo Kubitschek, gerou empregos aproveitando para

o trabalho grupos migratórios do Norte e Nordeste.

Concluindo, pode se afirmar que durante o governo de Juscelino Kubitschek existiram, como já foi exposto, soluções positivas eliminadoras das tensões. A mais eficaz delas, porém, foi a ideologia do desenvolvimento preconizada por Juscelino pois ela envolveu grande parte da Nação na mobilização das esperanças e na catarse das frustrações.

6. CONCLUSÕES

" A não ser quando desejam liquidar uma minoria impopular, os representantes do Estado e da Igreja são prudentes em não criar um furor que não têm certeza de poder controlar. Tais escrúpulos não constroem o líder revolucionário que odeia o status quo e que só tem um desejo: produzir um caos sobre o qual — quando tomar o poder — possa impor um novo tipo de ordem. Quando o revolucionário explora a necessidade humana da autotranscendência horizontal, o faz até o limite do demoníaco. "

ALDOUS HUXLEY

6. CONCLUSÕES

O estudo da instabilidade política associada ao fenômeno da agressividade resulta numa série de conclusões que podem ser aplicadas de maneira objetiva aos fenômenos políticos.

Nesta dissertação não se pretendeu esgotar o assunto. O objetivo foi o de levantar alguns problemas que, exemplificados de maneira prática dentro da realidade brasileira, mostrassem que é possível traçar prognósticos e diagnósticos a partir de um referencial teórico.

O tema, muito rico, apresenta as con-

clusões que seguem:

1 - O esquema frustração-agressão aplicado a um Estado pode levar a predições teóricas de instabilidade se considerarmos esta última resultado de frustrações socialmente sentidas e não aliviadas. A violência pode partir de pessoas ou grupos dentro do sistema político dirigindo-se contra grupos ou indivíduos que exercem o poder, ou partir destes e se dirigir contra o povo. A subversão e o terrorismo são faces desta violência.

2 - A instabilidade política relaciona-se positivamente com o nível de frustração sistêmica medido em termos de proporção entre as necessidades sociais e as satisfações sociais dentro da sociedade.

A pobreza significa carência e contração, principalmente dentro de uma sociedade rica. Neste caso, as necessidades são estimuladas mas não podem ser satisfeitas. A consequência é uma insatisfação latente que, muitas vezes, explode em fenômenos coletivos como o linchamento, depredações, etc.

3 - As necessidades materiais não são as únicas a gerarem violência quando não são trabalhadas em mecanismos de defesa. Elas também levam à agressão quando não existe oportunidade de mudança social e participação política. Conclui-se que o aumento significativo dos índices

de violência indica mudança social.

4 - É preciso aceitar a violência como uma realidade na história e na psicologia do brasileiro. Ignorar os aspectos agressivos do nosso comportamento como nação, é perder uma oportunidade de questionamento capaz de levar a conclusões dos nossos problemas.

Há, não resta dúvida, um esforço para apresentar os brasileiros como passivos e cordiais. A história do Brasil, no entanto, é uma história de violências.

Durante o período colonial os atos agressivos praticados contra a Metrópole foram reprimidos com o maior rigor. No Império e na República, a violência não foi menor embora transformada em operacional e simbólica. Em algumas ocasiões ela deixou de ser um instrumento de conquista do poder para se concretizar numa resposta sangrenta como foi a do episódio de Anhatomirim durante o governo de Floriano Peixoto.

5 - Apesar da frustração existirá estabilidade política quando não houver pessoas conscientizadas na população, quando a agressividade for dirigida para "bodes expiatórios" ou, quando houver uma ideologia compensadora.

Usamos como exemplos das hipóteses aci

ma o período colonial, o 1º governo de Getúlio Vargas e o governo de Juscelino Kubitschek. As soluções nestes casos, com exceção do último, são temporárias. A colônia não pode ficar indefinidamente sem consciência política de seus problemas; com o tempo ela assumirá sua identidade e se libertará. A estabilidade aqui é temporária como o é, também, no caso dos "bodes expiatórios". Getúlio conseguiu desviar de si a atenção do povo deslocando-a para os comunistas e os integralistas. A melhor solução foi a de Juscelino que canalizou as frustrações substituindo-as por uma esperança.

6 - Aceitando-se a proposição inicial de que a agressividade possui relação com a instabilidade política, pode-se sugerir algumas medidas que reduzirão a violência levando a uma reconstrução social positiva:

a) maior participação política do povo possibilitando alternância no poder;

b) redução da privação econômica e da degradação por meio de maiores oportunidades de emprego;

c) oportunidades de condições melhores de saúde e de educação para as crianças e os jovens;

d) educação e redução dos conflitos familiares;

e) redução da violência pela lei;

f) reformas no sistema de prevenção ao crime e na recuperação do delinquente;

g) pesquisas multidisciplinares a respeito das causas e controle da violência.

BIBLIOGRAFIA

- 1 ANDRADE, Antônio Paes de. O itinerário da violência. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. 309 p.
- 2 ARENDT, Hannah. As origens do totalitarismo, III: Totalitarismo, o paroxismo do poder. Rio de Janeiro, Ed. Documentário, 1979. 257 p.
- 3 _____ . Entre o passado e o futuro. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1979. 348 p.
- 4 BARRETO, Djalma L. G. Violência, arquétipo e lei. Petrópolis, Vozes, 1975. 136 p.
- 5 BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976. 302 p.
- 6 CALMON, Pedro. Espírito da sociedade colonial. São Paulo, Ed. Nacional, 1935.
- 7 CARDOSO, Fernando Henrique. Autoritarismo e democratização. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975. 240 p.
- 8 _____ . O modelo político brasileiro. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1973. 213p.
- 9 CARDOSO, Miriam Limoeiro. Ideologia do desenvolvimento-Brasil: JK-JQ. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. - 371 p.
- 10 DEVOTO, Andrea. A tirania psicológica. Lisboa, Ed. Arcádia, s.d. 447 p.

- 11 DOLLARD, J. et alii. Frustration and aggression. New Haven, Yale University Press, 1939.
- 12 DONNICI, Virgílio Luiz. Criminalidade e estado de direito. Encontros com a civilização brasileira, Rio de Janeiro, (5): 201-235, 1978.
- 13 DUVERGER, Maurice. Instituciones políticas y derecho constitucional. Barcelona, Ed. Ariel, 1970. 639 p.
- 14 _____ . Introdução à política. Lisboa, Ed. Estúdios Cor, 1972. 316 p.
- 15 EASTON, David. Uma teoria de análise política. Rio de Janeiro, Zahar, 1968. 183 p.
- 16 FEIERABEND, I. K. Exploring political stability: a note on the comparative method. Western Political Quarterly, San Diego, California, 3 (15), 18-19, 1962.
- 17 FEIERABEND, Rosalind L. Le rôle des gouvernements dans les recherches sur la violence. Revue internationale des sciences sociales, Paris, XXX (4): 818-846, 1978.
- 18 FREUD, Sigmund. Obras completas. Madrid, Ed. Biblioteca Nueva, 1948. 2 v.
- 19 FRISCHAUER, Paul. Presidente Vargas. São Paulo, Ed. Nacional, 1944. 423 p.
- 20 FROMM, Erich. Anatomia da destrutividade humana. Rio de Janeiro, Zahar, 1975. 655 p.
- 21 _____ . Psicanálise da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro, Zahar, 1959. 361 p.
- 22 HEGEL, G. W. F. Enciclopedia de las ciencias filosóficas. Madrid, Librería General de Victoriano Suárez, 1917. 2 v.

- 23 HERÁCLITO DE ÉFESO. Sobre a natureza (fragmentos). Cit. por Hipólito, Refutação, IX, 9. In: Souza, José Cavalcante de. Os pré-socráticos. São Paulo, Ed. Abril, 1973. 376 p.
- 24 HILTON, Stanley E. O Brasil e a crise internacional: 1930-1945. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1977. 203 p.
- 25 HOBBS, Thomas. Leviatan. México, Fondo de Cultura Económica, 1940. 618 p.
- 26 HUNTINGTON, S. P. El orden político en las sociedades en cambio. Buenos Aires, Ed. Paidós, 1972. 404 p.
- 27 HUXLEY, Aldous. Demônios da loucura. Rio de Janeiro, Ed. Americana, 1973. 336 p.
- 28 IANNI, Octavio. O colapso do populismo no Brasil. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1978. 223 p.
- 29 JAGUARIBE, Hélio. Introdução ao desenvolvimento social: breve estudo comparativo e crítico das perspectivas liberal e marxista e dos problemas da sociedade não repressiva. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. 224p.
- 30 _____ . Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político. Rio de Janeiro, Guerra e Paz, - 1969.
- 31 JOHNSON, Roger N. Agressão no homem e nos animais. Rio de Janeiro, Ed. Interamericana, 1979. 216 p.
- 32 JUREMA, Abelardo. Juscelino & Jango - PSD & PTB. Rio de Janeiro, Artenova, 1979. 258 p.
- 33 LAMBERT, Jacques. América Latina: estruturas sociais e instituições políticas. São Paulo, Ed. Nacional. Ed.

- Universidade de São Paulo, 1979. 425 p.
- 34 LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, Jean-Bertrand. Diccionario de psicoanálisis. Barcelona, Ed. Labor, 1974. 557 p.
- 35 LE BON, Gustavo. Psicologia das multidões. Lisboa, Ed. Tipografia Gonçalves, s.d., 165 p.
- 36 _____ . Psychologia politica. Rio de Janeiro, Livraria Garnier, 1910. 471 p.
- 37 LIPSET, Seymour Martin. O homem político. Rio de Janeiro, Zahar, 1976. 440 p.
- 38 LORENZ, Konrad. A agressão: uma história natural do mal. Ed. Martins Fontes, 1973. 307 p.
- 39 LOURAU, René. A análise institucional. Petrópolis, Ed. Vozes, 1975. 294 p.
- 40 MACKENZIE, W. J. M. Poder, violência, decisão. Rio de Janeiro, Ed. Artenova; Ed. Univ. Brasília, 1978. 275p.
- 41 MALINOWSKI, Bronislaw. Uma teoria científica da cultura. Rio de Janeiro, Zahar, 1962. 213 p.
- 42 MAX, Rollo. Poder e inocência: uma busca das fontes da violência. Rio de Janeiro, Artenova, 1974. 195 p.
- 43 MONTAGU, Ashley. A natureza da agressividade humana. Rio de Janeiro, Zahar, 1978. 284 p.
- 44 MOREL, Regina Lúcia de Moraes. Ciência e Estado: a política científica no Brasil. São Paulo, Ed. T.A. Queiroz, 1979. 162 p.
- 45 MORRIS, Desmond. O macaco nu. São Paulo, Edibolso, 1975. 246 p.
- 46 MOSCA, G.; BOUTHOU, G. História das doutrinas políti-

- cas. Rio de Janeiro, Zahar, 1968. 416 p.
- 47 PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. Getúlio Vargas, meu pai. Porto Alegre, Ed. Globo, 1960. 414 p.
- 48 RICHAUDEAU, François. Dicionário de Psicologia. Lisboa, Tipografia Guerra, 1978.
- 49 RUNCIMAN, W. G. Ciência social e teoria política. Rio de Janeiro, Zahar, 1966. 171 p.
- 50 RUSSELL, Bertrand. O poder: uma nova análise social. São Paulo, Ed. Martins, 1941. 234 p.
- 51 SCHUTZ, William C. O prazer: expansão da consciência humana. Rio de Janeiro, Imago, 1974. 189 p.
- 52 SINGER, Jerome L. O controle da agressão e da violência: fatores cognitivos e fisiológicos. São Paulo, KPU; Ed. Univ. de São Paulo, 1975. 216 p.
- 53 SKINNER, B. F. Ciência do comportamento. São Paulo, Edart, 1976.
- 54 SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976. 512 p.
- 55 SODRÉ, Nelson Werneck. A coluna Prestes. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1978. 119 p.
- 56 _____ . Formação histórica do Brasil. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1979. 415 p.
- 57 _____ . O que se deve ler para conhecer o Brasil. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1976. 377 p.
- 58 SOREL, Georges. Réflexions sur la violence. Paris, Librairie Marcel Rivière, 1950. 458 p.

- 59 STOETZEL, Jean. Psicologia social. São Paulo, Ed. Nacional, 1976. 337 p.
- 60 STONEQUIST, Everett V. O homem marginal: estudo de personalidade e conflito cultural. São Paulo, Ed. Martins, 1948. 244 p.
- 61 STORR, Anthony. A agressão humana. Rio de Janeiro, Zahar, 1970. 144 p.
- 62 WATSON, J. B. El conductismo. Buenos Aires, Ed. Paidós, 1961. 327 p.
- 63 WILKINSON, Paul. Terrorismo político. Rio de Janeiro, - Artenova, 1976. 154 p.
- 64 YOUNG, Jordan M. Brasil 1954/1964: fim de um ciclo civil. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1974. 227 p.
- 65 YOUNG, Oran R. Introdução à análise de sistemas políticos. Rio de Janeiro, Zahar, 1970. 144 p.